

José Márcio Pena

**POLICIAMENTO EM EDUCANDARIO COMO FORMA DE PREVENÇÃO: ANÁLISE DA
PERCEPÇÃO E DAS HABILIDADES DOS POLICIAIS MILITARES DA PATRULHA ESCOLAR
DA 1ª RPM NA PREVENÇÃO CRIMINAL NAS ESCOLAS NOS ANOS DE 2011 E 2012**

Belo Horizonte
2013

JOSÉ MÁRCIO PENA

POLICIAMENTO EM EDUCANDARIO COMO FORMA DE PREVENÇÃO: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E DAS HABILIDADES DOS POLICIAIS MILITARES DA PATRULHA ESCOLAR DA 1ª RPM NA PREVENÇÃO CRIMINAL NAS ESCOLAS NOS ANOS DE 2011 E 2012

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e Academia de Polícia Militar, como requisito parcial para a aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública - CESP-II/2012.

Área de concentração: Segurança Pública

Orientador: Professor: Ágnez de Lélis Saraiva

BELO HORIZONTE

2013

**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

ATA DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE MONOGRAFIA

Aos dois dias do mês de abril do ano de 2013, às 08h45min, na sala 01 do CPP, na Academia de Polícia Militar, presentes todos os membros da banca examinadora, foi realizada a apresentação pública da monografia intitulada **“POLICIAMENTO EM EDUCANDÁRIO COMO FORMA DE PREVENÇÃO: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E DAS HABILIDADES DOS POLICIAIS MILITARES DA PATRULHA ESCOLAR NA PREVENÇÃO CRIMINAL NAS ESCOLAS DA 1ª RPM NOS ANOS DE 2011 E 2012”**, elaborada pelo **CAP PM JOSÉ MÁRCIO PENA** como requisito para obtenção do título de pós-graduado do Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP II/2012, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar. Após a apresentação do trabalho, o discente foi arguido pelos membros da Banca Examinadora, composta pelo orientador **PROFESSOR AGNEZ DE LÉLIS SARAIVA** e pelos avaliadores **MAJ CLEVERSON NATAL DE OLIVEIRA** e **PROFESSORA MARIA RUTH SIFFERT DINIZ TEIXEIRA LEITE**.

Após reunião, a banca examinadora considerou que a monografia () preenche os requisitos exigidos () não preenche os requisitos exigidos e decidiu por UNANIMIDADE pela APROVAÇÃO, sendo atribuída a nota 3,0.

Este documento expressa o que ocorreu durante a avaliação e vai assinado pelos membros da Banca Examinadora.

Orientador: PROFESSOR AGNEZ DE LÉLIS SARAIVA - FJP

Ass.: Agnez Saraiva

Titulação: Mestre em Adm. Pública

Avaliador: MAJ CLEVERSON NATAL DE OLIVEIRA – DAOP

Ass.: Cleverson Natal de Oliveira

Titulação: Cap. Esp. Pública

Avaliadora: PROFESSORA MARIA RUTH SIFFERT DINIZ TEIXEIRA LEITE – FJP

Ass.: Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira Leite

Titulação: Mestre em Administração Pública

Dedico esse trabalho aos meus pais José Antônio e Maria, aos meus irmãos Dora e Luciano que sempre estiveram presentes na minha vida como exemplos de pessoas honestas, equilibradas e de caráter incontestável contribuindo para nortear minha vida ajudando a vencer cada etapa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, humildemente: *obrigado, meu Deus.*

Agradeço a minha família, sempre fonte de motivação.

A minha querida esposa Valquíria e meu filho Marco Antônio, pelas longas horas abdicadas do convívio familiar e dedicadas ao trabalho, pela compreensão e paciência.

Ao meu orientador, Professor: Ágnez de Lélis Saraiva, pela amizade, dedicação e incentivo na condução deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar o serviço de Policiamento nos Educandários desenvolvido pela patrulha escolar na área da 1ª RPM, com ênfase na área do 49ª BPM, região de Venda Nova, sendo verificado como foi a sua formulação, os seus objetivos, os recursos mobilizados, as equipes, os indicadores de registro de violência nos educandários bem a forma de implementação do programa. Justifica-se o estudo pela atualidade do tema que continua sendo um fator relevante quando o assunto é sensação de segurança e atuação policial junto as instituições de ensino, que, via de regra, demandam com frequência a presença policial nos educandários seja para intervir em ocorrências envolvendo alunos ou para atuar preventivamente e garantir a sensação de segurança no ambiente escolar. Pela proposta do estudo, tratou-se de uma pesquisa exploratória onde se apurou através dos dados as práticas correntes do dia a dia operacional, sobressaindo informações importantes para a análise do serviço de Policiamento em Educandários. Para tanto se utilizou da pesquisa de campo para coleta de dados utilizados para verificação e validação das hipóteses propostas aplicando o método hipotético-dedutivo. Assim, a pesquisa buscou verificar a percepção dos policiais militares encarregados do policiamento escolar, no trato com a violência no ambiente escolar, bem como as habilidades para desenvolver este tipo de atividade. A pesquisa de campo e os dados estatísticos indicaram que apesar de a maioria dos policiais militares que compões a patrulha escolar da 1ª RPM não ter participado de cursos que podem contribuir para potencializar a sua atuação, conseguiram um bom desempenho no período analisado o que se traduziu na redução dos índices de criminalidade nas escolas e na satisfação do público atendido, apontando para a importância desta estratégia de policiamento para a comunidade como um todo e em especial a comunidade escolar.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Prevenção. Polícia Militar de Minas Gerais. Violência escolar.

ABSTRACT

This study aimed at analyzing the service Policing in Educational establishments developed by patrol school in the area of the 1st RPM, with emphasis on the 49th BPM region of Venda Nova, being checked as was its formulation, its objectives, resources mobilized teams, indicators record of violence in Educational establishments and how to implement the program. Justified by the study topicality which remains an important factor when it comes to sense of security and policing at educational institutions, which, as a rule, require frequent police presence in Educational establishments is to intervene in instances involving students or to act preventively and ensure a sense of security in the school environment. For the purpose of this study, this was an exploratory research where it was found through data current practices day to day operations, highlighting important information for the analysis of the policing service in Educational establishments. For that we used the field survey to collect data used for verification and validation of the proposed hypotheses by applying the hypothetical-deductive method. Thus, the research analyzes the perceptions of police officers in charge of policing school in dealing with violence in the school environment, as well as the skills to develop this type of activity. The field research and statistical data indicated that although the majority of police officers that comprise the patrol school the 1st RPM does not have participated in courses that can contribute to enhance its performance, achieved a good performance in this period which resulted in reducing crime rates in schools and public satisfaction answered, pointing to the importance of this policing strategy for the community as a whole and especially the school community.

Keywords: Public Policies. Prevention. Military Police of Minas Gerais. School violence.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AISP	Área Integrada de Segurança Pública
BPM	Batalhão de Polícia Militar
Cia PM	Companhia da Polícia Militar
Cia PM Esp	Companhia da Polícia Militar Especial
Cia PM Ind	Companhia da Polícia Militar Independente
Cia PM Ind MAT	Companhia da Polícia Militar de Meio Ambiente e Trânsito Independente
CRB	Constituição da República do Brasil
CONSEP	Conselho Comunitário de Segurança Pública
DAOp	Diretoria de Apoio Operacional
DOGESP	Diagnóstico Orientado para a Gestão e Solução de Problemas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMPM	Estado Maior da Polícia Militar
GEPAR	Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco
Intranet PM	Sistema Interno de Internet da PMMG
JCC	Programa Jovens Construindo a Cidadania
MG	Minas Gerais
OPM	Organização Policial Militar
P.	Página
PMDI	Plano Mineiro de desenvolvimento
PM's	Policiais Militares
PM/03	Seção do Estado Maior da Polícia Militar
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PROERD	Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência
QE	Questionário aplicado aos executores (policiais militares)
QF	Questionário aplicado aos formuladores
QG	Questionário aplicado aos gestores
RPM	Região da Polícia Militar
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
TPB	Treinamento Policial Básico
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Esquema representativo marco conceitual ou marco lógico.....	23
Figura 2 -	Evolução do Modelo de Gestão Pública do Governo de Minas Gerais.....	27
Figura 3 -	Sistema de Gestão Estratégica PMMG – Mapa Estratégico.....	28
Figura 4 -	Características das Eras do Policiamento.....	32
Figura 5 -	Fluxograma do emprego operacional da Polícia Militar no ambiente escolar.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Percentual de policiais militares da patrulha escolar por tempo de serviço na PMMG. em 2012.....	66
Gráfico 2 -	Percentual de policiais militares da patrulha escolar por idade em 2012.....	66
Gráfico 3 -	Percentual de educadores que trabalha e moram na mesma região em que escola esta localizada –Venda Nova – Belo Horizonte/MG 2012.....	75
Gráfico 4 -	Percentual de tempo (anos) que os educadores trabalham na mesma escola Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012	75
Gráfico 5 -	Percentual de educadores que acreditam que região em que escola esta localizada é uma região violenta – Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG - 2012	76
Gráfico 6 -	Percentual de educadores que acreditam que a escola em que trabalham é uma escola violenta – Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012	77
Gráfico 7 -	Percentual satisfação dos educadores, atendidos pela patrulha escolar na região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012	78
Gráfico 8 -	Percentual de educadores que conhece o serviço desenvolvido pela patrulha escolar. Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012	79
Gráfico 9 -	Percentual de policiais militares que atuam na patrulha escolar na 1ª RPM Belo Horizonte/MG 2012	81

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1 -	Educandários registrados e catalogados pela 1ª Região de Polícia Militar – 1ªRPM, no município de Belo Horizonte/MG	80
Tabela 1	Natureza das ocorrências registradas nos educandários consideradas de caráter violento Belo Horizonte/MG 2012.....	69
Tabela 2 -	Criminalidade geral nos educandários, por natureza de ocorrências na 1ª RPM, no ano de 2012 Belo Horizonte /MG.....	82
Tabela 3 -	Percentual de aumento e redução da criminalidade nos educandários, na 1ª RPM, comparativo dos anos de 2011/2012 Belo Horizonte /MG.....	83
Tabela 4 -	Percentual de ocorrências, por naturezas, que geram ambiente de insegurança na escola 2012 Belo Horizonte /MG.....	83

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	POLÍTICAS PÚBLICAS E PREVENÇÃO CRIMINAL	18
2.1	A reforma do estado e as políticas de prevenção criminal	18
2.2	As políticas públicas na produção da segurança	21
2.3	As políticas públicas de Segurança Preventiva	24
2.3.1	<i>As políticas públicas do estado de Minas Gerais para segurança nas escolas</i>	25
2.3.2	<i>A segurança nas escolas no contexto do Sistema de Gestão Estratégica da Polícia Militar de Minas Gerais</i>	27
2.4	O Policiamento comunitário: do tradicional ao comunitário	29
2.4.1.	<i>Evolução do conceito de ser e fazer polícia preventiva</i>	36
2.5	Percepções sobre o enfretamento da violência escolar e seus impactos na prevenção criminal	38
2.5.1	<i>Violência escolar conceitos e observações</i>	39
2.5.2	<i>Percepção da violência escolar no Brasil</i>	42
2.5.3	<i>O papel dos envolvidos no fenômeno da violência escolar</i>	43
3.	POLÍCIA PARA A CIDADANIA E POLICIAMENTO ESCOLAR	45
3.1	A delimitação do tema da pesquisa	45
3.2	Indicadores de violência nas escolas de BH	46
3.3	Principais programas e projetos desenvolvidos no ambiente escolar pela PMMG na 1ªRPM	46
3.3.1	<i>Programa Educacional de Resistência as Drogas – PROERD</i>	47
3.3.2	<i>Programa Jovens Construindo a Cidadania – JCC</i>	48
3.3.3	<i>Patrulha escolar</i>	48
4.	METODOLOGIA DA PESQUISA	51
5.	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	55
5.1	Análise e interpretação dos resultados da pesquisa	55
5.1.1	<i>Análise do processo de formulação do policiamento escolar</i>	55
5.1.2	<i>Análise do processo de gestão do serviço de policiamento escolar na 1ªRPM</i>	59

5.1.2.1	Participação dos gestores no processo de formulação do serviço de policiamento escolar.....	60
5.1.2.2	A percepção dos gestores sobre o Policiamento Escolar	61
5.1.2.3	As formas de monitoramento e avaliação do Policiamento escolar pelos gestores.	61
5.1.2.4	Tipos de demandas recebidas pelas equipes do policiamento escolar, na visão dos gestores.	62
5.1.2.5	O que os gestores consideram como atividade preventiva em educandários.	59
5.1.2.6	O perfil do policial para trabalhar em ambiente escolar	62
5.1.2.7	Quanto aos recursos destinados ao escolar	64
5.1.2.8	Quanto ao treinamento destinado as equipes do escolar	64
5.1.2.9	A influencia da atuação das equipes do policiamento escolar na redução dos índices de criminalidade e violência na região que atuam	64
5.1.3	<i>Percepção do serviço de policiamento escolar na 1ªRPM, pelos policiais militares da patrulha escolar.....</i>	67
5.1.3.1	Quanto à formação profissional dos policiais	68
5.1.3.2	Com relação a região em que trabalham	68
5.1.3.3	Quanto ao número de acionamentos para atuar em situações de violência nas escolas da região onde trabalham.....	69
5.1.3.4	Quanto ao conhecimento das normas e do funcionamento do Policiamento Escolar	69
5.1.3.5	Percepção dos executores sobre o Policiamento Escolar.....	70
5.1.3.6	Forma de ingresso dos policiais na atividade de policiamento escolar	71
5.1.3.7	Quanto aos resultados do Policiamento escolar	72
5.1.3.8	Quanto as dificuldades que a equipe encontra	72
5.1.3.9	Rotina de trabalho	72
5.1.3.10	Quanto a satisfação do público atendido	72
5.1.4	<i>Percepção dos educadores sobre a atividade do Policiamento escolar.....</i>	75
5.1.4.1	Percepção dos educadores sobre a violência na comunidade onde a escola está inserida	76
5.1.4.2	Percepção dos educadores sobre a violência na escola.....	76
5.1.4.3	Percepção dos educadores sobre perfil dos alunos.....	77
5.1.4.4	Frequência de acionamento da polícia pelos educadores da escola e os motivos destes acionamentos	77

5.1.4.5	Percepção dos educadores do atendimento realizado pela polícia militar e quem realizou o atendimento.....	78
5.1.4.6	Conhecimento por parte dos educadores sobre o funcionamento do Programa de Policiamento Escolar.....	78
5.2	Interpretações dos dados.....	79
5.2.1	<i>Análise Criminal em educandários da 1ªRPM.....</i>	80
5.2.2	<i>Avaliação quanto à eficácia e eficiência do Policiamento Escolar.....</i>	84
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	89
	APÊNDICE A (Questionário aplicado aos formuladores).....	95
	APÊNDICE B (Questionário aplicado aos gestores da 1ª RPM).....	97
	APÊNDICE C (Questionário aplicado aos executores do serviço).....	99
	APÊNDICE D (Questionário aplicado ao corpo docente).....	101

1. INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil como um todo é possível verificar, em especial através da mídia e com certa frequência, o relato de casos envolvendo instituições de ensino. Estes relatos de certa forma são apenas mais um dos ingredientes que vem contribuindo para a crescente preocupação de educadores, pais e alunos com o problema da segurança ou a falta dela nos educandários. É claro que as preocupações desta natureza já fazem parte de vários setores da sociedade e que atinge todos os segmentos sociais e não somente a comunidade escolar. Mas, sem dúvida, devemos concordar que este é um dos ambientes no qual deveremos lutar para que seja um local seguro e salutar, reconhecido como um porto seguro para que as crianças, adolescentes e os jovens que os freqüentam possam desenvolver de forma sadia as suas competências educacionais. Neste sentido é necessário que as escolas sejam novamente referência em todos os sentidos, para os alunos e a comunidade como um todo.

Em Minas Gerais, o cenário não é muito diferente quando o assunto é a exposição da mídia. Pois, a incidência, a ênfase e o sensacionalismo dado pela mídia aos casos de violência envolvendo alunos e educandários também recebem destaque nos noticiários locais. E esta situação acaba por aumentar ainda mais, mesmo que não seja real, a sensação de há um sobressalto no número de ocorrências nas escolas e no entorno. Tal situação pode contribuir para gerar uma sensação de medo e insegurança num local que ao contrario deveria justamente transmitir segurança e tranqüilidade para toda comunidade em especial para os educadores, pais e alunos.

Este possível aumento, ou este superdimensionamento dado pela mídia ao número de ocorrências nas escolas exige que a polícia militar direcione serviços específicos para as instituições de ensino. Mesmo porque não há dúvidas de que as escolas situadas em regiões de alta vulnerabilidade são aquelas que estão mais expostas às ações violentas e em muitos destes lugares elas têm sido alvo de constantes atos de vandalismos. Boa parte destas ações é fruto do comportamento desviante dos próprios alunos e é neste contexto que a Polícia Militar vem sendo convocada a participar cada vez mais da rotina das escolas. Não para atender ocorrências, mas para desenvolver atividades que possa de alguma forma reduzir a incidência ou reincidência de delitos no ambiente escolar.

Assim, o tema dessa pesquisa busca conhecer um pouco deste fenômeno através do estudo da atividade policial voltada para os educandários, na cidade de Belo Horizonte. E procura verificar a questão do emprego do Policiamento em Educandário como

forma de prevenção do crime e da violência na área de atuação da Primeira Região da Polícia Militar (1ªRPM), que compreende a cidade de Belo Horizonte, tendo como foco os aspectos da atividade policial através das atividades desenvolvidas pela Patrulha Escolar, grupo que tem por missão primordial estabelecer os contatos com os diversos segmentos que de alguma forma busca intervir no ambiente escolar. Segundo Bittner,(2003), para compreender este tipo de atividade é preciso entender que sua essência não tramita pela mera questão de ataque ao patrimônio material. O protagonista não é a escola, sua estrutura física, seus funcionários ou seus professores e sim os jovens, alunos dos educandários. Estes são as principais vítimas as quais segundo o autor, deverão ser alvo de ações direcionadas para que possam possibilitar resultados mais duradouros na redução de delitos por meio da prevenção.

É consenso entre os autores que estudam a atividade policial que o caminho da prevenção passa pelo modelo conhecido como policiamento comunitário. Filosofia de trabalho policial que ganhou fama e reconhecimento como sendo uma das melhores estratégias de policiamento para prevenir o crime, buscando, desta forma, melhorar a qualidade de vida do cidadão. No Brasil esta filosofia de trabalho vem sendo adotada por diversas corporações policiais e, também, vem sendo contemplada pelas ações de governo voltadas para a segurança pública, através do desenvolvimento de políticas públicas específicas para o setor. O estado de Minas Gerais ao desenvolver o seu Plano mineiro de desenvolvimento – PMDI, que tem como idéia finalística “torna minas o melhor lugar para se viver” (MINAS GERAIS,2010,p.35) com ações e intervenções cujo o objetivo central é melhoria da qualidade de vida do povo mineiro. Neste sentido as políticas públicas estaduais figuram como o ponto de partida para os estudos e entendimento das atividades de policiamento em educandários.

Para alcançar uma resposta ao problema formulado, analisou-se o desenho do policiamento escolar e sua inserção no programa polícia para a cidadania, que é parte de uma política pública estadual de enfrentamento ao crime e a violência, analisando a formação das equipes, a qualificação dos seus membros, como estes militares enxergam o programa, se os policiais militares empregados no policiamento em educandários, em especial na patrulha escolar, compreendem a inserção deste serviço como um fator de prevenção criminal com influência direta na sensação de segurança e proteção do cidadão. Além disso, analisou-se também, como tem sido a atuação dos policiais militares envolvidos no programa para contribuir na redução no índice de ocorrências violentas nas escolas.

Na segunda seção verifica-se a questão das políticas públicas como forma de intervenção nas sociedades, sendo que nosso foco serão as políticas estaduais as ações

rede e as políticas públicas de Segurança Preventiva que vem sendo desenvolvidas pela Polícia Militar de Minas Gerais em boa parte empregando a filosofia de policiamento comunitário, a qual vamos nos deter na evolução do conceito de ser e fazer polícia preventiva e seu trajeto do modelo tradicional ao comunitário, nesta seção ainda vamos verificar a questão das percepções sobre o enfrentamento da violência escolar e seus impactos na prevenção criminal, seu conceito e qual o papel dos envolvidos no fenômeno violência escolar e por fim a prevenção da violência escolar com fator de qualificação do serviço preventivo da polícia militar.

Na terceira seção apresenta-se a análise o programa de policiamento escolar, o surgimento e o desenvolvimento do programa de policiamento escolar pela PMMG, conhecendo seus projetos e ações (PROERD, JCC, Ronda escolar e a Patrulha escolar) e como vem sendo desenvolvidos no ambiente escolar na 1ªRPM, verificar as considerações sobre a implantação e desenvolvimento do serviço na 1ªRPM, a formação das equipes, Treinamento e qualificação dos policiais militares empregados no policiamento escolar, sua atuação no policiamento escolar da 1ªRPM e suas percepções sobre a violência escolar, a incidência criminal no meio escolar e as contribuições do policiamento escolar para a prevenção criminal.

Na quarta seção apresenta a metodologia aplicada, e tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos quanto ao tipo de pesquisa, sua natureza, procedimentos, métodos e abordagens aplicadas para realização do trabalho.

Na quinta seção será apresentada a análise e interpretação dos dados com os resultados da pesquisa na qual verifica a percepção do serviço de policiamento escolar pelos policiais militares da 1ªRPM, seu grau de conhecimento do serviço de suas diretrizes e implicações quanto ao sistema de gestão estratégica da PMMG, confrontados com caracterização do objeto do estudo e os determinantes teóricos apresentados nas seções anteriores, afastando ou aproximando afirmações e expectativas de resultados, bem como analisando o que fora obtido com as hipóteses.

Por fim na sexta e ultima seção apresentam-se as considerações finais acerca do trabalho e sugestões sobre o objeto de estudo apresentado.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E PREVENÇÃO CRIMINAL

Atualmente a PMMG desenvolve na 1ª Região da Polícia Militar (RPM) que compreende o município de Belo Horizonte, e em diversas regiões do estado uma série de projetos e programas que colocam em prática as políticas de segurança pública do estado de Minas Gerais. Estas, por sua vez, estão inseridas no PMDI que trata-se de um macro plano de desenvolvimento do Estado. No conjunto das políticas de segurança pública, um dos mais relevantes programas é o “Polícia para a Cidadania” que possui como um dos mais visíveis pilares de sustentação o serviço de policiamento escolar, o que implica na influência direta deste no sucesso do programa.

Neste contexto, verifica-se a importância da participação dos executores deste serviço de policiamento escolar na 1ª RPM, considerando que a região mais populosa e com o maior número de educandários do estado. Os diversos pesquisadores e estudiosos, conforme veremos nesta seção, afirmam que as maiores dificuldades para a efetivação de uma política pública acontecem durante a sua implementação, em parte devido a falta de participação dos executores na origem da política pública, na sua formulação.

A presença constante nos noticiários da violência como pano de fundo das relações sociais tem afligido a sociedade, que vem buscando resposta de como tratar este tipo de violência e evitar que se torne algo insustentável no convívio diário do cidadão. Para evitar que o assunto ganhe mais destaque do que realmente necessita ocorreram algumas intervenções do estado instituindo políticas públicas voltadas para a segurança pública por meio de programas e projetos para este fim vem se tornando uma realidade.

Neste sentido, surgiram dentro de diversos espaços da estrutura da PMMG programas que têm buscado desenvolver ações centradas na prevenção criminal, ou seja, tratar o delito na sua origem ou evitar que ele aconteça. Assim nasceram os programas destinados a um público específico e muito especial que também tem sido alvo da violência: os jovens, crianças e adolescentes que frequentam os diversos educandários espalhados pelo estado. Especialistas afirmam que o investimento neste segmento social produzirá resultados positivos e duradouros não só para segurança pública, mas, principalmente, para sociedade como um todo. Assim esta seção traz a visão de alguns autores contemporâneos sobre a inserção de políticas públicas destinadas a segurança pública, as formas de intervenção e a violência no contexto da escola.

2.1 A reforma do estado e as políticas de prevenção criminal

A Constituição Federal Brasileira, de 1988 no seu artigo 144 ressalta que a segurança pública não é apenas um dever do Estado e direito dos cidadãos, mas uma responsabilidade de todos. Nos últimos anos observou-se uma corrente de pensadores que validaram esta premissa da Constituição como essencial para desenvolver as atividades de segurança pública. Argumentam que não havendo a participação da comunidade, pode ocorrer que as medidas tomadas sejam ineficazes.

Contudo, apesar deste envolvimento comunitário ser imprescindível e desejável, deve-se ressaltar que isto não exime o estado de desenvolver programas e projetos para o setor. Ao contrário, aumenta a responsabilidade do administrador público que tem o dever, como formulador de políticas públicas, de desenvolver programas e projetos que contemplem a participação popular. Neste sentido surgiram algumas dificuldades considerando que a máquina estatal não evoluiu na mesma velocidade da iniciativa privada, apesar de serem inegáveis os avanços democráticos, participativos e gerenciais no setor público brasileiro nas últimas três décadas.

Rua (1999) ressalta que o modelo burocrático de estado, apesar de ainda ser aplicado pela administração pública, começou a entrar em colapso a partir da segunda metade do século XX, por se tratar de um modelo de administração “pesada, arrastada, presa a uma racionalidade técnica e processual que mostrava pouco adequada em termos de resultados”. Tratava-se, pois, de um estado preso às normas e à hierarquia. Entretanto, pressionado pela ampliação da participação popular, se adequando a um cenário de restrição orçamentária e seguindo os passos da iniciativa privada, surgiram mudanças inevitáveis na administração pública. Principalmente para os gestores que passaram a ter um maior cuidado na administração do patrimônio público, este cuidado pode-se traduzir na adoção de ferramentas de gestão. Estas vêm procurando deixar claro o que se espera da administração pública, com missão, metas e principalmente resultados com maior discernimento entre coisa pública e privada.

No Brasil, segundo Bresser Pereira (2005) esta reforma chegou em meados da década de 90, em parte pressionada pelas mudanças no cenário mundial, pela necessidade de responder as pressões da sociedade brasileira e também para fazer frente a necessidade de melhoria do desempenho institucional no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, principalmente, o então ministro da Administração Federal e

Reforma do Estado, Bresser Pereira que naquela época foi incumbido da missão de reformar o Estado brasileiro que afirmou o seguinte:

À medida que a proteção aos direitos públicos passava a ser dominante em todo o mundo, foi-se tornando cada vez mais claro que era preciso refundar a república, que a reforma do Estado ganhava nova prioridade, que a democracia e administração pública burocrática – as duas instituições criadas para proteger o patrimônio público – precisavam mudar: A democracia devia ser aprimorada para se tornar mais participativa ou mais direta, e a administração pública burocrática devia ser substituída por uma administração pública gerencial. (BRESSER PEREIRA, 2005, p.25)

Na visão do autor havia a necessidade de reforma do estado brasileiro para que este de fato pudesse atender ao cidadão com um serviço público eficiente e dinâmico. Para isto, as praticas governamentais desenvolvidas pelas suas instituições precisavam passar por mudanças ficar mais claras e objetivas. As metas e objetivos deveriam ser bem definidos, com o planejamento de suas ações e com avaliação dos seus resultados., o que se traduz para o cidadão através das chamadas políticas públicas mais eficientes, com resultados melhores e maior transparência.

A reforma da administração estatal brasileira e as demandas sociais do país colocaram em cena a discussão sobre as políticas públicas brasileiras. Estas, apesar de estarem presentes no cotidiano do estado, ainda não eram devidamente conhecidas do grande público. É possível afirmar que o estado brasileiro sempre desenvolveu políticas públicas, mas somente com as recentes mudanças ocorridas no país que este termo passou a constar do o nosso dia a dia. Isto, em parte, pode ser resultado do avanço da democracia e da maior liberdade para a interferência da mídia que tem se apropriado do assunto em suas discussões diárias, seja para apoiar ou criticar as ações do Estado brasileiro. Ou mesmo como um resultado do possível amadurecimento político do povo brasileiro que aos poucos tem demonstrado um maior envolvimento político.

Entretanto, não cabe aqui esta discussão, pois este, , não é o tema em pauta. O que se procura, é através da busca do entendimento do ciclo de formulação e implementação de políticas públicas, subsídios para amparar o objeto de estudo que é o Policiamento nos Educandários. Este visto, como parte das ações do Programa Polícia para a Cidadania, realizado pela patrulha escolar, na área de atuação da 1ªRPM. Assim, torna-se indispensável esta breve interlocução com estes conceitos da administração pública para ao final compreender se esta ação atende aos preceitos do programa e se este por sua vez atende os preceitos de uma política de segurança pública voltada para a prevenção e se vem sendo desenvolvido com tal.

2.2 As políticas públicas na produção da segurança

Para análise do objeto de estudo em pauta, faz-se necessário compreender alguns conceitos básicos relacionados ao ciclo das políticas públicas, em geral, e de segurança pública, em particular. Encontram-se, nesta direção, diversos conceitos que explicam o significado de políticas públicas, para Saraiva e Ferrarezi (2006, p.28),

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. (SARAIVA E FERRAREZI. 2006, p. 28)

Este conceito apesar de reduzido aproxima-se dos conceitos mais comuns de política pública. Neste estudo, porém, optou-se pelo conceito adotado por Rua (1998), no qual entende políticas públicas como “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos [...]. Na verdade, são respostas e não ocorrerão a menos que haja uma provocação, por parte de algum agente político ou social.” Nesta definição fica claro o seu cunho político, o que representa que as políticas públicas são revestidas de autoridade pública. Deve-se considerar, então que mesmo uma atividade aparentemente pública que não esteja sendo desenvolvida diretamente pelo Estado, sempre acontecerá através da sua intervenção.

Este esclarecimento faz-se, pois atualmente, observa-se cada vez mais atividades de caráter coletivo sendo iniciadas pelos diversos segmentos sociais que não estão impressos na figura do Estado. Neste caso, as diversas entidades da sociedade civil que compõe a nossa sociedade, como por exemplo, Organizações Não Governamentais (ONG), as Igrejas, as entidades filantrópicas, mesmo que iniciem como um viés de atividade pública, inevitavelmente estas ações, só assumirão o caráter de políticas públicas, quando encampadas pelo Estado, principalmente devido o atrelamento as decisões do governo (política), seja com a liberação e gerenciamento de recursos ou com a regulação.

Neste sentido é possível identificar alguns dos elementos que compõem uma política pública, entre estes a questão da decisão política frente a uma demanda social de caráter público, a definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Para tornar mais claro, é necessário conhecer mais de perto alguns passos que compõem as políticas públicas. Entende-se aqui que estes são essenciais para que a política possa produzir resultados e quando bem elaboradas são desenvolvidas de forma a permitir seu acompanhamento. Um primeiro passo importante para se compreender o ciclo das políticas, é saber que existem tipos diferentes de políticas que são desenvolvidas perseguindo objetivos distintos. Entretanto, apesar das suas diferenças, elas devem estar inevitavelmente inter-relacionadas, mesmo que momentaneamente. Estas dimensões vão delimitar o seu alvo principal. Entre os diversos tipos de políticas, destacam-se as seguintes: as Políticas distributivas, Políticas regulatórias e as Políticas redistributivas.

Nas Políticas distributivas é possível observar uma característica marcante que é o baixo grau de conflito dos processos políticos, uma vez que só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos (percebíveis) para outros grupos, distribuição de novos recursos, com muitos destinatários, todavia em escala relativamente pequena seus impactos são individuais ao invés de universais. As Políticas regulatórias geram maior conflito, com grupos ganhadores e perdedores, visa disciplinar o comportamento dos atores, definir regras e procedimentos que para atender interesses gerais da sociedade, através de proibições, decretos e portarias. As Políticas redistributivas costumam ser polarizadas e por isso, repletas de conflitos, pois o objetivo é o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade. Mudam a distribuição dos recursos pré-existentes. As Políticas redistributivas se subdividem em Políticas redistributivas compensatórias com o objetivo de resguardar o direito universal à vida e Políticas redistributivas estruturais, cujo objetivo é a efetivação de outros direitos.

Assim pode-se dizer que uma política pública, ao nascer já vai trazer no seu arcabouço a sua justificativa, os seus objetivos, o cronograma, os recursos mobilizados, os elementos de controle e mecanismos de avaliação, fundamentados na sua tipologia e assim, permitir uma melhor avaliação da sua implementação.

Este conjunto forma o chamado marco lógico, uma representação de como se espera que um projeto ou programa, vai dizer o que se pretende fazer com aquele programa ou ação, quais são os recursos (insumos) disponíveis para seu desenvolvimento, qual o produto ou serviço que se pretende produzir, quais os resultados pretendidos ou efeitos desejados ou esperados dos produtos gerados e, por fim, o seu impacto, seus efeitos a longo prazo, na sociedade, comunidade ou organização a quem se destina.

Figura 1- Esquema representativo marco conceitual ou marco lógico



Fonte: FORTES. Fátima Beatriz - Curso de Especialização Segurança Pública - CESP II (2012)

Outra forma de analisar e interpretar as políticas públicas, é apresentada pela autora Karen Mokate (2002) que traz a reflexão sobre a avaliação e implementação de uma política pública sob o aspecto de quatro elementos: eficácia, eficiência, equidade e sustentabilidade, segundo a autora ao se fazer avaliação de programas e projetos “Estes quatro critérios representam um conjunto mínimo de diretrizes e normas para a análise de políticas de programas de formação” Mokate debruça-se sobre a descrição de cada um destes elementos, partindo da sua origem etimológica as particularidades que podem gerar entedimentos diversos sobre o significado de um mesmo termo, o que pode ajudar a compreender a dinâmica de uma política pública, conhecendo o que de cada um destes elementos representa para o sucesso ou não da Política Pública e qual a sua importância no processo.

Segundo o dicionário Houaiss(2011) Eficácia significacia “virtude ou poder de (uma causa) produzir determinado efeito; qualidade ou caráter do que é eficaz; segurança de um bom resultado; validade, atividade, infalibilidade[...] capacidade, produtividade; real produção de efeitos”, o mesmo dicionário define o termo eficiência como sendo o “poder, capacidade de ser efetivo; efetividade, eficácia; virtude ou característica de

(alguém ou algo) ser competente, produtivo, de conseguir o melhor rendimento com o mínimo de erros e/ou dispêndios”.

Já a equidade está para Houassis(2011) como sendo:

“apreciação, julgamento justo; respeito à igualdade de direito de cada um, que independe da lei positiva, mas de um sentimento do que se considera justo, tendo em vista as causas e as intenções; virtude de quem ou do que (atitude, comportamento, fato etc.) manifesta senso de justiça, imparcialidade, respeito à igualdade de direitos” “correção, lisura na maneira de proceder, julgar, opinar etc.; retidão, equanimidade, igualdade, imparcialidade” e por fim a sustentabilidade que “característica ou condição do que é sustentável, que se refere a sustentação “evitar a queda, manter o equilíbrio de; sustentar(-se), apoiar(-se)[...] dar ou obter os recursos necessários à sobrevivência ou à manutenção; manter(-se), conservar(-se)“(HOUASSIS, 2011 p)

Assim a literatura valida que é inegável o peso da avaliação no processo de desenvolvimento de políticas públicas, neste sentido para Mokate(2002), reforça que a avaliação tem o dom de melhorar significativamente a eficiência e eficácia das políticas públicas implementadas pelo estado, contudo isto ainda não é uma realidade no setor público.

2.3 As políticas públicas de Segurança Preventiva

Já há alguns anos que a segurança pública é assunto permanente nos cadernos de notícias dos jornais brasileiros e da mídia de uma forma em geral, pode-se dizer que de certa maneira isso influenciou para que o tema despertasse o interesse de políticos e estudiosos do assunto, que culminou na busca de proposta e soluções para esta demanda pública. E como todo problema de caráter público, a segurança pública ensejou em elaboração de políticas públicas específicas para o setor, com um ingrediente novo que era a valorização das políticas públicas pautadas por adoção de ações de caráter preventivo, como base principalmente nos a filosofia de polícia comunitária.

Seguindo a tendência nacional o Estado de Minas Gerais também buscou desenvolver uma política pública como vistas a prevenção criminal, principalmente através de programas e ações que são desenvolvidas pelos órgãos e instituições que lidam com o assunto. Contudo a garantia de segurança também envolve a atuação de vários órgãos e entidades, assim como o envolvimento da sociedade com um todo. Em 2005, Minas Gerais atingiu a quinta menor taxa de homicídios do país e desde então o estado tem registrado quedas contínuas neste indicador. Porém, as conquistas ainda não foram suficientes para retornar ao patamar anterior à escalada da violência do final dos anos 90 e começo da década de 2000.

Minas Gerais apresentou um melhora, considerável, nos índices de criminalidade nos últimos anos, mas para garantir a sustentabilidade desse processo torna-se essencial que de todos os órgãos do sistema de defesa social o envolvimento e integração das suas atividades principalmente com vistas a medidas de prevenção. Assim, o estado passa a desenvolver suas políticas públicas através de redes, sendo uma delas a rede de defesa e segurança, neste sentido Silva e Melo (2000), asseveram que a implementação das políticas públicas assemelha-se a um jogo envolvendo diversos interessados *stakeholders*, “onde os papéis são negociados os graus de adesão ao programa variam, e os recursos entre atores são objeto de barganha”.

Neste sentido para compreender melhor esta dinâmica, nas próximas seções busca-se fazer um breve raios-X das políticas públicas do estado de Minas Gerais, com vistas a prevenção criminal e ao atendimento de sua meta para a sua rede de defesa e segurança que é ter em Minas Gerais uma alta sensação de segurança, menos violência e criminalidade.

2.3.1 As políticas públicas do estado de Minas Gerais para segurança nas escolas

Para Abramovay (2002), a escola é espaço de construção de saberes, de convivência e socialização. O qual segundo Delors (2001) é uma via capaz de conduzir a um desenvolvimento humano mais harmonioso, combater formas de pobreza, exclusão social, intolerâncias e opressões. Contudo a autora também revela que:

[...]a escola é também *locus* de produção e reprodução de violências nas suas mais variadas formas, na medida em que sua estrutura, seu modo de organização, acaba impossibilitando que ela cumpra o seu papel, que é o de formar, de maneira positiva, crianças e jovens. (ABRAMOVAY, 2002, p 3)

De acordo com Saporì (2007) por muito tempo “a política estadual de segurança pública se limitou ao gerenciamento de crise”, mas ainda assim registrou avanços¹, principalmente nos últimos anos. Para o autor as políticas públicas voltadas para o setor da segurança pública, partem do pressuposto que a manutenção da ordem pública é um dos principais anseios da sociedade. Conforme sua análise a manutenção da ordem se daria tão somente através da obediência as leis e aos diversos institutos legais. Mas a “proliferação da insegurança no cotidiano das relações sociais e, conseqüentemente, do

¹ Criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, investimentos no sistema penitenciário, aplicação das gradas municipais, criação dos Gabinetes de Gestão Integrada GGI, Início da integração dos sistemas de informações e em Minas Gerais a instalação das Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP.

sentimento de insegurança e medo” tem afetado a forma de atuação do estado na esfera de manutenção da ordem pública.

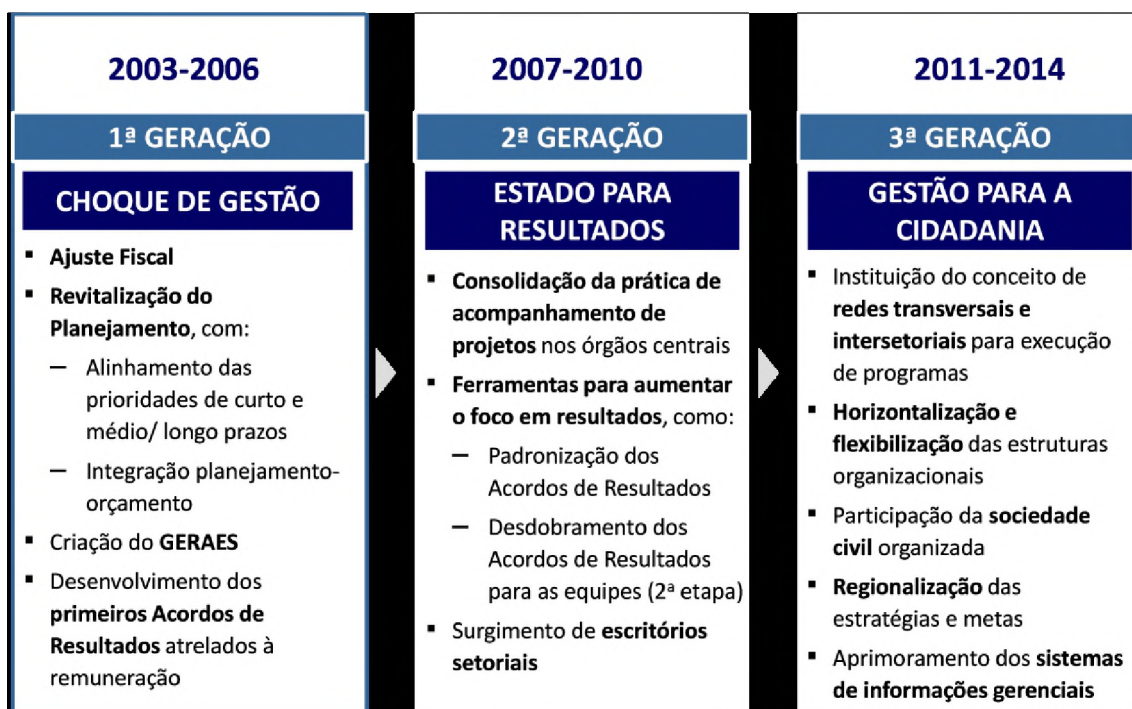
Neste sentido Saporì (2007 p.35) afirma que **“A eficiência no controle da criminalidade pressupõe a capacidade do poder público de reduzir tanto quanto possível a ocorrência de atos criminosos e, portanto, os riscos de vitimização dos membros da comunidade política[...]”**. **Grifo nosso** Com isto, o autor ressalta que apenas o princípio da eficiência não é suficiente para políticas de redução de criminalidade é preciso a conjunção de outros elementos para que a política pública adotada produza o resultado desejado.

O estado de Minas Gerais buscou mudanças na forma de gerenciamento da administração pública. Isto ficou mais evidenciada no início de 2003 com o chamado Choque de gestão². O ciclo representado pela FIG. 02 na qual o governo propunha uma mudança radical na forma de gerir o estado, pautado principalmente pela implementação de políticas públicas centradas na avaliação de resultados. Assim, em tese, as políticas públicas estaduais estariam sendo amparadas por uma série de conceitos modernos de administração que tem por diferencial dos métodos anteriores a maneira como se espera obter os resultados, como eficiência e eficácia. Mas, centrado em ideias e conceitos desconhecidos da grande maioria do público, como, por exemplo, sustentabilidade e trabalho em rede.

Seguindo esta linha de atuação, o atual governo do estado de Minas Gerais ao elaborar o seu Plano Mineiro de Desenvolvimento buscou ter com ideia finalística “tornar Minas o melhor lugar para se viver” (MINAS GERAIS,2010,p 52). O que passa por diversas ações e intervenções cujo objetivo central é melhoria da qualidade de vida do povo mineiro. E não há como se falar em melhoria da qualidade de vida sem se falar de melhoria na segurança pública e diminuição do medo.

² Choque de gestão programa de governo do Estado de Minas Gerais iniciado em 2003, que visa a reforma da administração pública, através de políticas públicas estrategicamente formuladas e alinhadas. que visam a qualidade e inovação no serviço público.

Figura 2 - Evolução do Modelo de Gestão Pública do Governo de Minas Gerais.



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, citado em Minas Gerais(2011)

2.3.2 A segurança nas escolas no contexto do Sistema de gestão estratégica da Polícia Militar de Minas Gerais.

O estado de Minas Gerais ao desenvolver o seu Plano Mineiro de Desenvolvimento (PMDI), adotou como idéia finalística “torna Minas o melhor lugar para se viver” (Minas Gerais, 2010). Meta que para ser atingida passa por diversas ações e intervenções cujo objetivo central é melhoria da qualidade de vida do povo mineiro. Assim, seguindo a tendência de modernização da administração pública brasileira, através da reforma gerencial, iniciada na década de 90, no estado de Minas Gerais o marco destas mudanças registra-se:

“[...]em 2003-2006, por meio do denominando Choque de Gestão de 1ª geração, a administração gerencial com foco no ajuste fiscal, na revitalização do planejamento com definição de prioridades de médio/ longo prazo e integração desse com o orçamento, além do desenvolvimento dos primeiros contratos de gestão associados a recompensa pecuniária. No período seguinte (2007-2010), o Estado dá continuidade ao processo com a 2ª geração, a partir do Estado para Resultados que previu a consolidação pragmática do acompanhamento de projetos estruturadores, utilização de ferramentas para aumentar o foco em resultados, implementação de assessorias de gestão nos órgãos setoriais e reuniões de comitê das áreas de resultados. Atualmente, vivencia-se a Gestão para a Cidadania, enquanto 3ª geração, com a instituição de conceitos de redes transversais e intersetoriais, a realização de programas e participação da sociedade civil organizada”. (MINAS GERAIS, 2012, p.15)

Desta forma a PMMG, alinhada com os propósitos do estado, procurou fundamentar suas estratégias no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) elaborando sua doutrina conceitual sobre administração gerencial, com a edição do Sistema de Gestão Estratégica da PMMG. O documento expõe a visão sistêmica da corporação apresentando os processos de forma clara e objetiva explicitando sua finalidade: “sociedade como destinatária final das políticas públicas de segurança de forma objetiva (cidades seguras) e subjetiva (cidadãos satisfeitos com os serviços)”. (MINAS GERAIS, 2012, p. 16). A FIG 03, Mapa Estratégico, traz a representação gráfica da relação de causa e efeito entre as estratégias adotadas e os resultados esperados por este sistema de gestão, definido para o quadriênio 2012-2015.

Figura 3 - Sistema de Gestão Estratégica PMMG – Mapa Estratégico



Fonte: MINAS GERAIS. Polícia Militar. Sistema de Gestão Estratégica (2012)

Esta representação permite enxergar os objetivos definidos pelo Sistema de gestão estratégica para instituição a fim de atender as políticas do estado. Para este estudo, extrai-se o objetivo 1: “Prevenir a violência, a criminalidade, a desordem, contribuindo para o fortalecimento da sensação de segurança nas áreas urbanas, rurais e no trânsito.” (MINAS GERAIS, 2012 p. 73). Pois tem como um dos indicadores as Ações Preventivas nas Escolas.

“Este indicador tem como finalidade mensurar, no ambiente escolar, a quantidade das pessoas (crianças, jovens e pais) mobilizadas e assistidas como Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC), Programas de Educação Ambiental e Programas de Educação para o Trânsito” (MINAS GERAIS, 2012 p. 73).

O indicador acima faz parte de um conjunto de indicadores desenvolvidos pela Polícia Militar de Minas Gerais e incorporados ao modelo da gestão estratégica, como forma de “[...] traduzir os objetivos institucionais em uma ou mais métricas [...], que segundo a instituição permitira a [...] avaliação dos resultados, definição de metas de melhoria para todas as áreas de atuação policial” (MINAS GERAIS, 2012p.52).

O indicador em questão tem suas ações descritas na Instrução para atuação da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar. Instrução nº 3.03.09/ 2011, que regula o desenvolvimento do policiamento escolar e sendo possível seu emprego como uma ferramenta de avaliação da política pública adotada através deste serviço, pois possibilita a compreensão e avaliação através da percepção dos atores, pois segundo Fleury (2005), as políticas públicas são resultados de jogos:

[...] e envolvem atores em relação de interdependência; recursos tais como poder, *status*, legitimidade, conhecimento, informação e dinheiro; regras preponderantes e mutáveis, que são fruto das interações e regulam o comportamento dos atores; e percepções que são imagens da realidade com base nas quais os atores interpretam e avaliam seu curso de ação e também o dos outros atores. (FLEURY, 2005 p 80).

Assim com base nesta afirmação da autora verifica-se que faz parte do processo da busca pela prevenção criminal nas escolas um trabalho em rede, o que se alinha perfeitamente com a modalidade de policiamento escolar que esta alicerçada na filosofia de polícia comunitária, assunto que será abordado na próxima subseção.

2.4 O Policiamento comunitário: do tradicional ao comunitário

A base do serviço de Policiamento Escolar está estruturada na filosofia de trabalho denominada polícia comunitária. Nesta seção verifica-se a evolução desta filosofia de policiamento e como se deu a sua implantação no estado de Minas Gerais, suas

implicações no policiamento escolar e, conseqüentemente, no programa polícia para a cidadania.

Para análise deste tópico faz-se necessário algumas considerações sobre a breve história de independência política do Brasil e as diversas transformações que ocorreram até pouco tempo atrás. Pode-se dizer que o Brasil ainda é um país jovem e com muito a se construir na sua história. Dentro deste contexto, as nossas instituições policiais, no formato que estão hoje, são ainda mais jovens e com isto tiveram muito pouco tempo para se adaptar ao constante e acelerado processo de mudança que a sociedade moderna tem sofrido. Em especial pelo avanço tecnológico que praticamente acabou com o distanciamento que existia entre as nações. Hoje um fato relevante que ocorrer em qualquer parte do globo, estará disponível para uma infinidade de pessoas nos diversos países mundo afora. Isto de certa forma obrigou diversas instituições a se reinventar buscar novas maneiras de atuar frente a este processo, incluindo as instituições policiais.

Para compreender nossa realidade será preciso fazer um breve parêntese sobre a evolução da polícia norte Americana, que praticamente serviu de modelo para as nossas instituições policiais. Estas passaram por um processo de reformulação, justamente num período em que havia uma grande influência dos Estados Unidos sobre os países do continente americano. Segundo Rosenbaum, (2002), o modelo de policiamento tradicional presente nos EUA desde os anos de 1930, tem sofrido críticas quanto a sua forma de atuação frente aos resultados apresentados. Isto foi agravado frente a uma serie de pesquisas desenvolvidas por mais de 20 anos que “ sugeriam que o modelo tradicional era ineficiente, ineficaz e injusto”(Eck e Rosenbaum, 1994). Enquanto as críticas se avolumavam, as iniciativas de prevenção do crime com participação da comunidade recebiam aplausos e espaço na mídia do Canadá e algumas cidades americanas.

Antes de chegar neste estagio de saturação, o modelo de policiamento tradicional foi considerado um dos mais eficazes e apropriados para lidar com o crime e violência devido a sua pronta resposta aos acionamentos e a presença marcante de viaturas policiais distribuídas pelas cidades. Este modelo de policiamento marcou a era da reforma, a segunda era dos três períodos chamados policiamento moderno na qual se divide a evolução histórica da polícia Norte Americana.

As eras do policiamento moderno foram muito bem delimitadas por KELLING e MOORE(1988), que concentraram a história do policiamento nos EUA em três períodos. O 1º Período ou era política foi caracterizado pelo sistema de policiamento a pé ou a cavalo o que possibilitava um contato com as pessoas. Contudo, havia grande influência política e os policiais não tinham preparo adequado à função era extremamente ampla sem definição clara da atividade policial.

O Segundo Período ou Era da Reforma foi marcado pela profissionalização dos policiais, o surgimento das primeiras academias de polícia. Focava-se no combate ao crime e tinha como principais características o policiamento motorizado e acionamento pelo telefone, o que afastou os policiais do contato com a comunidade. A maior contribuição foi a estrutura e profissionalização da polícia. Este modelo centrado no policiamento motorizado e no rádio atendimento deu mais agilidade ao atendimento, mas afastou os policiais da comunidade. O que num primeiro momento foi considerado positivo pelos comandos das corporações por entender que iria diminuir a corrupção policial (uma das críticas a era política era o elevado índice de corrupção do sistema), contudo este afastamento trouxe mais reflexos negativos do que positivos principalmente no aspecto da prevenção.

Por isso, era preciso uma nova estratégia para controlar o crime que resgatasse a presença do policial junto à comunidade. Neste contexto surgiu o terceiro período ou era da solução de problemas com a comunidade. Para resolver esta lacuna deixada pelo policiamento tradicional, com base em estudos e experimentos de sucesso, diversas instituições policiais acabaram por adotar uma nova estratégia que de imediato teve ótima aceitação pelo público em geral. Mais tarde também seria adotado no Brasil o policiamento comunitário.

Este tipo de policiamento tem como premissa, o resgate do relacionamento mais íntimo com a comunidade trazendo a polícia para a realidade de cada local a ser policiado. O quadro abaixo, adaptado da obra de Kelling e Moore e outros, consta da DPSSP-3.01.06/2011 e resume bem com foi a divisão das eras do policiamento:

Figura 4 - Características das Eras do Policiamento

CARACTERÍSTICAS GERAIS	ERA POLÍTICA 1830 - 1930	ERA DA REFORMA 1930-1980	ERA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS COM A COMUNIDADE 1980 - 2000
Autorização e Legitimidade	políticos locais e lei	lei e profissionalismo	lei, profissionalismo e comunidade
Função	serviço social amplo	controle do crime	serviço policial amplo e personalizado
Relacionamento com a Comunidade	íntimo	distante e remoto	íntimo
Táticas e Tecnologias	patrulhamento a pé	patrulhamento motorizado e acionamento por telefone	patrulhamento a pé, envolvimento da comunidade para solução dos problemas
Resultados Esperados	satisfação dos cidadãos e dos políticos locais	respostas rápidas para controlar os crimes	qualidade de vida e satisfação da comunidade

Fonte: MINAS GERAIS Polícia Militar Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011 - CG

Neste contexto a polícia brasileira vem passando por um processo de mudança, principalmente, as polícias militares encarregadas do policiamento ostensivo e da prevenção do criminal. Esse processo, em boa parte, já ocorreu nos EUA e Canadá, em países da Europa e nos países mais desenvolvidos. Já na década de 80 verificaram que o chamado modelo tradicional/profissional que a polícia adotava já não consegue suprir a demanda por segurança, principalmente, nos grandes centros. Todos adotaram estratégias com fundamentação no policiamento comunitário e em polícia orientada para solução de problemas.

O conceito de Polícia Comunitária adotado pela maioria das instituições policiais foi construído por Trojanowicz e Bucqueroux, (1994). E traz à tona a idéia de que polícia comunitária é mais que desenvolver novas funções. É uma visão moderna da gestão da segurança pública para as organizações policiais. Este conceito também é adotado pela PMMG, em seu regulamentado na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública- DPSSP 3.01.06/2011- CG, diz o seguinte:

Polícia Comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Tal parceria se baseia na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas

contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida da área. (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1994, p.4-5)

Neste sentido Bayley (2006) ressalta que a “premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança”. Deste modo esclarece que a polícia não tem condições de resolver sozinha o problema da segurança, devendo criar maneiras de incluir a participação do público na busca por soluções para o problema do policiamento e da manutenção da ordem pública. (BAYLEY 2006 p18)

Skolnick e Bayley (2002: p. 15), explicam que apesar da idéia do policiamento comunitário ter boa aceitação, a resistência das forças policiais a mudança para o modelo, em boa medida, é sustentada pela incompreensão sobre o seu real significado. O que impede a aceitação irrestrita do novo modelo e, conseqüentemente, a ruptura com o modelo tradicional. Os autores sustentam que a principal premissa para o policiamento comunitário deve ser o público. Este será parceiro nas definições da segurança local, em especial através da troca de informações sobre os problemas enfrentados na localidade.

Neste sentido, no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, Souza (2002) em pesquisa desenvolvida numa unidade da capital mineira verificou que a pratica do policiamento comunitário não chegou a ser uma novidade no meio policial. Contudo, a visão de muitos policiais acerca do policiamento comunitário ainda estava impregnada de muita desinformação. E até mesmo de certo preconceito contra a atividade que ainda hoje é estigmatizada como sendo um policiamento mais “brando” e mais afeto daqueles policiais “não muito operacionais”. Ou seja, não seria um policiamento linha de frente, pois no jargão policial “operacional” é aquele policial que combate o crime de frente. E, portanto, não dispõe de tempo para contatos com a comunidade.

Esta visão deturpada do policiamento comunitário se deve, em grande medida, às tentativas fracassadas de implantação de atividades típicas desta concepção de segurança pública que resultaram em certa aversão pelos policiais, ao termo policiamento comunitário por associá-lo, muitas das vezes, a subordinação do policial a membros da comunidade. Na visão destes policiais trata-se de uma interferência indevida na atividade policial, principalmente quando os membros da comunidade são “parceiros” logísticos daquela unidade policial.

Em sua avaliação da implantação do policiamento comunitário em Belo Horizonte, Souza (2003) relata detalhadamente como foi o processo no 22ºBPM, embrião desta atividade na capital mineira. Este relato ajuda a compreender, em parte, o porquê da imagem equivocada que os policiais e alguns membros da sociedade ainda têm sobre o que vem a ser policiamento comunitário. Naquela época a autora identificou que:

“O policiamento comunitário passava a representar uma parceria de ‘mão dupla’ entre associações que garantiam os custos da infraestrutura e de materiais do policiamento em troca de uma maior eficiência dos policiais em garantir a segurança do bairro. Em alguns bairros, as associações garantem a manutenção dos PAP’s, fornecendo material de limpeza, higiene e o típico cafezinho para os policiais. Em outras, donos de padaria garantem o lanche para os policiais do bairro. Há casos também onde lideranças fazem da própria residência o que chamam de QG (Quartel General), um ponto de apoio para os policiais, onde podem fazer uma pausa para descanso e lanche; e experiências de associações que mensalmente gratificam seus policiais com fornecimento de cestas básicas ou presentes no Natal, no dia de aniversário. Embora esse apoio da comunidade contribua para tornar mais familiar e menos impessoal a relação entre policiais e, principalmente, lideranças do bairro, a parceria logística é ainda o elo principal de união entre polícia e comunidades.(SOUZA, 2003 p. 106)

Estas parcerias foram marcantes na implantação do policiamento comunitário e, ainda, repercutem na sua imagem. Hoje sabe-se que a parceria implantada na época não é bem aquela pregada pela filosofia de polícia comunitária e marcou negativamente este modelo de policiamento em Minas Gerais. Outros fatores também contribuíram para este início complicado do desenvolvimento da atividade de policiamento comunitário. Ainda sobre sua avaliação do policiamento comunitário implantado no 22º Batalhão de polícia militar em Belo Horizonte, Souza (2003) relata que:

“A fase inicial de implantação desse novo paradigma de polícia preventiva foi marcada por uma resistência geral dos policiais em se adaptarem às exigências de um novo perfil, que contrariava valores fortemente arraigados no modelo tradicional, quase militar, de polícia repressiva. A idéia de parceria entre polícia e comunidade, no planejamento e controle do policiamento, abalava não só a crença na autoridade exclusiva da polícia em tratar e solucionar os problemas de segurança, quanto na eficiência do modelo centralizado da organização militar, caracterizado por uma estrutura vertical de distribuição de poder, marcada pela subordinação, obediência e prestação de contas dos estratos inferiores aos superiores hierárquicos.” (Souza, 2003 p. 117)

Contudo, estas dificuldades não são exclusivas do estado de Minas Gerais e muito menos do Brasil. Pela literatura, verifica-se que a implantação da polícia comunitária encontra certo padrão de dificuldades. Conforme relata Bayley e Skolnick (2006), os problemas mais freqüentes são a questão da cultura tradicional da polícia, a qual segundo os autores os policiais teriam uma maneira própria de ver o mundo e se apóiam em três razões para evitar o contato muito direto com a comunidade. A primeira seria o risco de se

expor, ou seja, o perigo às vezes exagerado. A segunda seria o fato de não poder frequentar qualquer local, pois em alguns locais seriam “admirados” e em outros “esnobados”. E, a terceira razão seria a necessidade de “se sentir apoiado por outros policiais”, por isto:

“Como o policiamento comunitário demanda certo grau de confiança e aceitação dos civis, a tendência a suspeita e sua consequência imediata, uma solidariedade marcadamente interna – divisão do mundo entre nós eles – pode inviabilizar aquele tipo de aceitação dos cidadãos comuns implícito no policiamento comunitário.” (BAYLEY E SKOLNICK 2006, p. 73)

O autor ainda enumera diversos fatores que dificultam a aceitação desta modalidade de policiamento. Mas, sem dúvida, o argumento acima tem uma grande força para explicar o que acontece em praticamente todas as instituições de policiamento. Isto contribui para que a implantação do policiamento comunitário seja gradual e passa necessariamente por uma mudança de paradigmas.

Reiner (2004) corrobora com esta idéia de que os policiais vêem o mundo e seu papel na sociedade de maneira diferente dos demais e desta forma entendem que a existe uma cultura policial, no significado antropológico do termo cultura como sendo “todo modo de vida de uma sociedade: suas crenças e idéias, suas instituições e seus sistemas, leis e costumes”. Para o autor esta cultura emerge da exposição das pessoas a situações diárias e com base nas experiências anteriores, assim a cultura polícia seria fruto da vivencia destes na atividade de polícia.

[...] a cultura policial e suas variações são reflexos das estruturas de poder das sociedades policiadas. O mapa social da polícia se diferencia de acordo com o poder de grupos específicos em causar problemas[...](grifo nosso) REINER (2004, p. 159),,

Assim o autor explica em parte as dificuldades que o policial tradicional tem em aceitar o modelo comunitário, pois a sua vivencia cultural lhe diz que existe um distanciamento entre a polícia e a sociedade formal. Apesar desta dificuldade de aceitação cultural do policiamento comunitário, hoje pode-se dizer que o policiamento comunitário não é mais apenas uma experiência que pode dar certo e sim uma filosofia de trabalho policial. Esta está se estabelecendo à custa de quebra de paradigmas, para deixar de ser apenas uma filosofia e passar ser uma nova maneira de pensar e fazer policiamento.

Esta visão é compartilhada por Rolim (2006), que vislumbra que muitas instituições policiais já reconhecem no policiamento comunitário uma saída para a crise do modelo atual. Mas, ainda assim não podemos dizer que o modelo comunitário veio para ficar e que produza mudanças significativas na forma de atuação das policiais.

“[...] ainda distantes de uma mudança que tenha se concretizado em uma alteração na organização das funções policiais. O novo discurso surge ao lado e, não raras vezes, por dentro das práticas tradicionais de policiamento [...] (Rolim: 2006 p 69) – Grifo nosso

Para ele as instituições têm “consciência da crise do modelo tradicional” e estão sendo forçadas, pela indiscutível necessidade de buscar um caminho alternativo e incorporar à nova prática em conjunto com as práticas antigas que ainda são a principal forma de orientação do trabalho policial rotineiro. Ou seja, o maior desafio ainda é evoluir no conceito de como se desenvolver a atividade policial, principalmente atividade preventiva.

Desta forma verifica-se que o conceito de desenvolver prevenção vem evoluindo com o passar do tempo e influenciando diretamente na forma de executar o policiamento. É claro que com o policiamento escolar isto não foi diferente e é esta evolução de que se trata na subseção seguinte.

2.4.1 Evolução do conceito de ser e fazer polícia preventiva

Atualmente as instituições policiais possuem um grande desafio, ou seja, desenvolver programas e projetos que visam à prevenção criminal que proporcionem reduções significativas nas taxas de criminalidade e na incidência de ocorrências de crimes violentos. A prevenção – conjunto de medidas ou preparação antecipada de (algo) que visa prevenir um mal (Houaiss)³ - funciona como a maneira de evitar conseqüências futuras que possam advir das escolhas realizadas no presente. Desta pode-se dizer que a prevenção é uma forma de antecipar os acontecimentos e adotar medidas para tentar controlá-los. No caso da prevenção criminal, é identificar as ameaças e os riscos e antecipar-se a eles evitando assim que resultem em danos para a sociedade.

Em publicação da revista “Ciência Hoje” nº 204, maio 2004, um estudo do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, UFMG, coordenado pelo prof. Cláudio Beato Filho, constata o que outros autores já vinham afirmando que: a Intervenção preventiva é mais eficaz que políticas de repressão. Veja o que diz:

Estudo mostra estatisticamente que a maneira mais eficiente de combater o crime comum não é perseguir o criminoso contumaz, mas sim evitar que as pessoas cometam o primeiro delito. Análises mostram que o custo-benefício dessa intervenção preventiva é melhor do que o de políticas -- mais comuns hoje em dia -- baseadas no endurecimento de penas, construção de prisões

³HOUAISS, Antônio, Dicionário Houaiss da língua portuguesa, 1ª, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ou aparelhamento das polícias. Um fenômeno bastante conhecido nos estudos criminológicos é o fato de que muitas coisas envolvem poucas pessoas e lugares. Estudos usando técnicas de análise para a detecção de 'áreas quentes' de criminalidade mostram que crimes são fenômenos bastante concentrados no tempo e no espaço. (Ciência Hoje204, maio 2004)

O estudo criminológico apontado é de fato conhecido e citado em boa parte dos projetos e programas que visam a prevenção criminal. E neste tipo de conhecimento que as autoridades policiais e governamentais tem se baseado para ancorar seus programas e projetos preventivos. Estes projetos, em sua maioria, são desenvolvidos pelas forças policiais. Mas já não são raros os projetos de prevenção criminal elaborados por entidades civis. O que pode ser considerado um bom sinal, pois é um indicativo que a sociedade esta se apossando da sua parcela de cor responsabilidade na prevenção criminal.

Goldstein, (2003, p.403) ressalta que considerando o grande número de policiais em atividade e a relevância do serviço policial é “surpreendentemente pequeno o número de organizações que tiveram interesse continuado na polícia e seus problemas.” Apesar de tratar-se de trabalho desenvolvido tendo como base a polícia norte americana. O cenário no Brasil não aponta para algo diferente, na área da segurança pública ainda são raras as iniciativas do público em geral.

Bayley (2001) apresenta quatro características fundamentais da filosofia de polícia comunitária, as quais as instituições policiais devem se amparar para desenvolver suas principais estratégias de prevenção criminal. Estas características que devem ser aplicadas aos diversos programas e projetos de prevenção são:

- 1) realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução;
- 2) estratégia policial voltada para áreas e problemas específicos;
- 3) mobilização da comunidade para autoproteção e para resolução de problemas que geram crimes;
- 4) foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção).

O emprego destas características, em conjunto, possibilita que a polícia e a comunidade possam encontrar soluções para as demandas de segurança pública. Isto se aplica para a atuação policial em qualquer segmento da sociedade, comunidade, grupos ou

entidade, fazendo como que haja um maior envolvimento dos atores em todo o processo. O que é essencial para busca de uma solução aceitável e duradora. Neste sentido, a polícia deve desenvolver programas específicos para alguns segmentos buscando personalizar o serviço e desta forma envolver o maior número possível de pessoal que possa propor soluções para os problemas encontrados.

Fundamentada na filosofia de polícia comunitária, a Polícia Militar de Minas Gerais vem incorporando novos conceitos e maneiras de implementar e gerir o policiamento comunitário. Neste sentido, vem buscando cada vez mais ampliar a capacidade de atuação do seu policial de ponta, por meio da ação preventiva de forma a intensificar a eclosão de redes que possam fazer com que o serviço policial esteja alinhado com as políticas públicas. Para tanto, definiu que as características essenciais desse esforço preventivo são: a proteção integral, a fundamentação metodológica, a vinculação a uma política pública específica, a transversalidade, a profissionalização, a cientificidade, a mobilização social e a continuidade. (MINAS GERAIS, 2012, p.22)

Pode-se dizer que estas características são inovadoras na forma de se fazer e pensar polícia preventiva. Elas buscam, pois, ir além da retórica da teoria de se envolver a comunidade e fornece ferramentas que de fato possibilitam esta aproximação de forma efetiva e eficaz.

Mas ainda assim para obter os resultados desejados é preciso ir além e compreender qual a percepção que se tem da violência nos educandários e suas implicações no serviço do policiamento escolar. Este assunto será abordado na subseção seguinte, na qual observam-se as implicações da violência no fenômeno da prevenção criminal no ambiente escolar.

2.5 Percepções sobre a violência escolar e seus impactos na prevenção criminal

Verifica-se que nos últimos anos, através da mídia e seus diversos canais de comunicação, que diversos setores da sociedade vêm manifestando a sua preocupação com a escalada da violência. Esta preocupação é facilmente observada nos jornais e outros meios de comunicação os quais a população tem acesso diariamente. Esta ampla divulgação de fatos desta natureza ampliou a visibilidade e o interesse pelo assunto e consequentemente a busca de soluções para a violência e a criminalidade. As discussões e os debates partem de pequenos grupos até mesmo de organizações de expressão internacional, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização

das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO). Este fato tem viabilizado diversos estudos sobre a violência e temas correlatos em vários países do mundo. O tema ganha destaque e relevância quando o assunto é violência entre jovens e consequentemente violência no ambiente escolar. Neste contexto, este segmento da sociedade tem ganhado uma maior atenção pelos estudiosos, em especial os projetos e programas destinados a prevenir a violência no ambiente escolar.

Neste sentido, verifica-se que as políticas públicas estaduais e as estratégias da PMMG têm a clara concepção da necessidade de tratar a violência no meio escolar como uma forma de prevenir a criminalidade e a violência. E desta maneira garantir um melhor desenvolvimento da nossa população de criança e adolescentes. Para compreender melhor esta política de prevenção faz-se necessário conhecer qual a análise que alguns autores fazem sobre a violência escolar e uma contribuição para o fenômeno criminal

2.5.1 Violência escolar apontamentos e conceitos e observações

O termo violência é definido, segundo o dicionário Houassiss(2001) como a “qualidade do que é violento [...] ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra; ato violento [...] constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem.” Em vários estudos percebe-se num primeiro plano é a necessidade de definir o que vem a ser violência escolar e de diferenciar agressividade ocorrida no meio escolar, da violência propriamente dita. Principalmente para definir quando o assunto deverá deixar os muros da escola para ser tratado como caso de intervenção policial.

Neste sentido Abramovay e Rua (2004), elaboram a seguinte definição em relação a violência escolar, na qual para eles, ela pode ser considerada “como toda ação praticada dentro de instituições de ensino ou nos arredores, de forma isolada ou em grupo, com envolvimento de alunos e, algumas vezes, diretores, professores e funcionários da escola”. complementando esta visão sobre a violência no ambiente escolar Fukui(1992,) diz que:

[..]agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões da agressividade humana, mas não necessariamente manifestações de violência. Na violência, a ação é traduzida como violenta pela vítima, pelo agente ou pelo observador. A violência ocorre quando ha desejo de destruir. (FUKUI 1992, p. 103)

Portanto para o autor a violência ocorrida nas escolas deve ser interpretada, não se deve confundir a agressividade clara e muito presente em algumas fases da vida com a violência que seria o emprego desejado de agressividade com fins lesionar ou vitimar o outro. Debarbieux (2006) esclarece que existe uma incapacidade de se ter uma única definição para o termo violência escolar. Para o autor, o termo escapa de uma definição única.

“É necessário dizer que o fenômeno surge de modo relativo: relativo a uma certa época, a um meio social, a circunstâncias particulares. Ela depende de códigos sociais, jurídicos e políticos das épocas e dos lugares onde ela toma sentido”. (DEBARBIEUX, 2006, p. 93).

Na visão do autor a violência pode ocorrer em virtude de diversas circunstâncias, podendo ser influenciada até mesmo por questões simples como a fadiga do indivíduo, as horas de sono e até mesmo o nível de ruído percebido pelo indivíduo no decorrer do dia. Sobre essa temática, Spósito (2002) acrescenta que a violência no ambiente escolar “ [...]tanto decorre da situação de violência social que atinge a vida dos estabelecimentos, sobretudo públicos, como pode expressar modalidades de ação que nascem no ambiente pedagógico”, que ao chegar neste ambiente (pedagógico) passaria a ser caso de violência.

Debarbieux (2006) assinala ainda que a violência escolar pode-se associar-se a “três dimensões sócio organizacionais distintas”. Sendo que a primeira seria “o lugar, à degradação no ambiente escolar”. Segundo o autor, a falta de uma estrutura adequada acarretaria uma série de dificuldades para os gestores das escolas o que repercuta diretamente nos resultados esperados por ela. O que ele chama de “desordem escolar”. A segunda dimensão seria a violência originada fora dos muros das escolas e de sua esfera de influência, manifestada “por intermédio da penetração das gangues, do tráfico de drogas e da visibilidade crescente da exclusão social na comunidade escolar (desorganização social na região onde a escola está localizada)”. E, por último, a própria gestão de cada escola, o seja o nível de “controle social exercido pela direção de cada escola”.

Para Charlot (*apud* DEBARBIEUX, 1987), a violência seria um conjunto de incivilidade. Ou seja, de atentados cotidianos ao direito de cada um ter sua pessoa respeitada. Para o autor, a falta de controle sobre as condutas e a ausência da civildade, sobretudo pela existência de regras claras e previamente estabelecidas pela escola, constituem-se em fatores motivacionais para a ocorrência de violência no ambiente escolar. Expõe a incapacidade da escola de cumprir o papel de humanizar os alunos. Favorecendo

desta forma as práticas de atos violentos por parte dos alunos. E favorece uma cultura que se certo modo “poderia negar a vida da própria escola”.

Esta violência representaria um desafio à luta contra a exclusão social e as desigualdades. Portanto, o fenômeno deve ser combatido, em especial através de parcerias envolvendo as diversas entidades e instituições de serviços públicos e da própria comunidade. E fazer com que esta comunidade procure se mobilizar criando o que Gendrot (2002) chama de “governança escolar”, o seja “uma alternativa viável para encontrar soluções conjuntas para o enfrentamento da violência”.

Blaya e Debarbieux (2002) informam que as incivildades e os conflitos nascem de um conjunto de fatores que associados que geram os elementos os quais chamaram de “fatores de risco para a violência”. Para os autores “os delitos violentos, como os demais crimes, têm origem nas interações entre os agressores e as vítimas, em determinadas situações, por isso poderiam ser tratados em grupos, distintos, os quais segundo Farrington acreditam que possam “ elucidar tanto as possíveis causas da violência quanto os métodos de prevenção, [...] neste sentido a [...]ênfase nos fatores de risco pode variar ao longo do tempo”. (FARRINGTON, citado por BLAYA, 2002, p 30)

Fatores de risco para violência:

a) Fatores psicológicos

Destaca-se como principais elementos que compõe a questão dos fatores psicológicos que podem levar violência juvenil: hiperatividade, impulsividade, controle comportamental deficiente e problemas de atenção;

b) Fatores familiares

Dentre os fatores familiares apontados pelos autores, em especial na pesquisa desenvolvida por Joan McCord (1979) citado por citado por Blaya (2002, p 35) que acompanhou 250 meninos de Boston (estudo Cambridge-Somerville), dentre os principais fatores que poderiam indicar tendência a atos violentos (até a idade de 45 anos): primeiro estaria a ausência de uma supervisão da família ou supervisão parental deficiente, pais agressivos (incluindo disciplina severa e punitiva) e conflitos entre os pais. O estudo revela:

A ausência do pai era um fator quase tão decisivo quanto os anteriormente citados, embora a falta de afeto da mãe não fosse significativa. Ela demonstrou também que pais que haviam sido condenados por violência tendiam a ter filhos também condenados por violência (McCord, 1977). Em suas análises subseqüentes, Joan Mc-Cord (1996) mostrou que os

acusados de crimes violentos tinham menores probabilidades que os acusados de crimes não violentos de terem recebido afeição de seus pais e de terem contado com boa disciplina e supervisão, embora a probabilidade de seus pais viverem em conflito fosse igual para ambos os grupos.” (DEBARBIEUX, E. BLAYA 2002 p 220 - 221)

c) Fatores relativos a colegas, condição socioeconômica e vizinhança.

A influência dos amigos também recebeu certa relevância como sendo um prenúncio de violência juvenil. Del Elliot e Scott Menard (1996) concluíram que a delinqüência causava vínculos delinqüentes. E que esses vínculos delinqüentes entre pares causavam delinqüência. Apesar de inicialmente ocorrer a idéia de que a origem do indivíduo atrelada a uma família de baixa condição socioeconômica é prenúncio de violência juvenil. No Estudo de Cambridge, pertencer à classe baixa não era prenúncio de violência juvenil futura, embora outros indicadores socioeconômicos (baixa renda familiar e moradia precária) o fossem.

d) Fatores circunstanciais

Os fatores circunstanciais buscam elucidar a eclosão da violência em determinadas situações. Estes fatores são explicados tendo por base a teoria das atividades de rotina na qual Cohen e Felson, (1979), defendem que “para que um crime predatório venha a ocorrer, o requisito mínimo é a convergência, no tempo e no espaço, de um agressor motivado e de um alvo conveniente, na ausência de um guardião capaz”.

Farrington (2002), por fim, diz que não é possível concluir de forma definitiva as causas da violência. Mas sem dúvida “os principais fatores de risco de longo prazo na violência juvenil são psicológicos”, causados pela ausência de uma estrutura familiar adequada (falta de supervisão, disciplina severa, maus-tratos), a presença de colegas delinqüentes, baixa condição socioeconômica associados aos fatores de risco circunstanciais de curto prazo, como consumo de bebidas alcoólicas. Sendo necessária a adoção de políticas públicas de proteção que dêem conta destes fatores.

2.5.2 Percepção da violência escolar no Brasil

No Brasil, a percepção da violência escolar está presente, no nosso cotidiano, com isto estudos sendo desenvolvidos com vistas a apresentar iniciativas para reduzir a violência escolar. Como no exemplo, citado por Fukui (1992), no qual relata, na década de 1990, medidas como a reforma de prédios escolares priorizando a construção de muros altos com vistas ao controle da violência escolar, como sendo uma das muitas iniciativas

tomadas. No mesmo período relata o apoio recebido pelo Brasil pela UNESCO, que passou a desenvolver no país uma série de pesquisas relacionadas ao tema da violência escolar.

Para Galvão (2002), a “violência é dos problemas que mais preocupam a sociedade brasileira, sobretudo as áreas urbanas que convivem de modo agudo com a desigualdade social e com as conseqüências dela”. Assim, para a autora a instituição escola no imaginário social seria o equivalente a uma redoma, segura, protegida de todos os males que a sociedade carrega principalmente da violência urbana e social. Contudo, esta noção de segurança está cada vez mais abalada pela ocorrência freqüente de atos violentos que mancham e enfraquecem a imagem da instituição escolar perante a sociedade. Corroborando com este pensamento e reforçando a idéia de ter no ambiente escolar um local de proteção, Rolim (2004) afirma:

Como quase todas as crianças brasileiras estão vinculadas à rede de ensino, as escolas constituem um lugar privilegiado para o monitoramento de seu desenvolvimento, bem como de sua saúde física e psíquica. Casos de maus tratos, abuso sexual e negligência podem ser facilmente identificados em sala de aula, caso os professores recebam o treinamento necessário. Assim, programas que promovam o diagnóstico precoce, em sala de aula, daqueles fatores de risco podem maximizar os efeitos protetores almejados. Por óbvio, isto implica uma retaguarda competente de técnicos e profissionais especializados para receber e tratar as crianças vitimadas. (ROLIM, 2004, p. 25)

Verifica-se na avaliação de Rolim, que é inegável o papel da escola como referencial de sociabilidade e civilidade para a sociedade. E, portanto, de ser também um local de proteção e segurança para os que ali freqüentam. Para tanto, o estado necessita formular políticas públicas que contemplem esta situação através de projetos e programas específicos para esse fim, resgatando o papel de cada um dos envolvidos no processo.

2.5.3 O papel dos envolvidos no fenômeno da violência escolar

A atual cultura do medo esta implementando uma perigosa e pernicioso tendência de que é entregar para a polícia e encarregados da segurança local todas as funções disciplinares da escola. Segundo Abramovay (2002) este comportamento faz como que o professor se distancie cada vez mais do aluno, deixando de ouvi-los e de se envolver nos seus problemas, que são comuns e corriqueiros da juventude, para ele é neste momento, no qual os professores se afastam da juventude e da sua cultura é que eles deixam de entender o que se passa com seus alunos. Para ABRAMOVAY, citado por Rua (2002) existe um afastamento entre o corpo docente e discente no ambiente escolar uma

distancia cultural entre professores e alunos e estes dois fenômenos contribuem para esta situação.

“[...] professores se furtam ao contato íntimo com a cultura da juventude, eles deixam de estar em condições de ouvir os alunos, quando estes expressam seus problemas e medos pessoais, ou, então, traçam as fronteiras comportamentais que não devem ser ultrapassadas pelos alunos. Os professores passam a estar por fora, em relação à cultura dos jovens. E os educadores, mesmo com o aumento da presença das forças policiais nas escolas, têm cada vez mais dificuldade de impor a lei e os regulamentos. [...] os alunos captam a mensagem de que ninguém, no ambiente escolar, realmente se importa com a administração da escola e que ele ou ela é responsável por sua própria segurança. É nesse ponto que se instala o medo e que os estudantes passam a se dar conta de que eles têm que proteger a si mesmos” (DEBARBIEUX, E. BLAYA 2002 p 220 - 221)

Verifica-se que o cenário apresentado pelo autor de dos professores da cultura dos jovens e alunos com sentimento de abandono são ingredientes propícios para se instalar um clima de insegurança e medo o que poderá contribuir para ocorrências de casos de violência escolar. Neste sentido verifica-se a necessidade de deixar claros os papéis de cada um dos envolvidos no desenvolvimento de programas e projetos preventivos no ambiente escolar, e ao mesmo tempo resgatar funções e habilidades esquecidas pelos educadores e pela família (elemento essencial neste processo) dos próprios alunos e por fim da polícia que deve estar presente, mas desempenhado o seu papel constitucional.

3. POLÍCIA PARA A CIDADANIA E POLICIAMENTO ESCOLAR

Nesta seção será realizada a exposição das considerações que motivaram o estudo proposto, sua importância na prevenção criminal uma vez que são freqüentes as manifestações públicas de educadores, pais e alunos sejam através da mídia ou de outras formas de comunicação sobre as suas preocupações quanto ao problema de segurança ou a falta dela nas instituições de ensino.

Verifica-se que o critério segurança é primordial para se melhorar o desempenho escolar, pois implica em pessoas (docentes e discentes) mais tranqüilas para desenvolverem suas atividades no ambiente escolar. O que também não deixa de ser um desejo de todos e não só da comunidade escolar, pois, há o reconhecimento da necessidade de se ter no ambiente escolar um porto seguro, para que as crianças, adolescentes e jovens que os freqüentam possam desenvolver as suas competências educacionais.

Neste sentido, a Polícia Militar de Minas Gerais PMMG vem desenvolvendo uma serie de programas e projetos no ambiente escolar, dentre eles a Patrulha escolar, serviço direcionado aos educandários do estado e que consta no portfólio de serviços da instituição, é também um dos principais eixos de atuação de um programa maior O Polícia para a cidadania, que por sua vez compõe as políticas públicas do estado para a área de segurança pública.

Assim faz-se necessário verificar se os programas e projetos voltados para os educandários têm atendido os objetivos a que se propunham em especial através da análise do trabalho desenvolvido pela patrulha escolar, devido a sua capilaridade, vem atuando em diversos níveis de educandários em praticamente todo estado de Minas Gerais.

3.1 A delimitação do tema da pesquisa

A incidência, ou melhor, a ênfase dada pela mídia aos casos de violência envolvendo alunos e educandários vêm sendo uma constante nos noticiários. Esta situação acaba por aumentar ainda mais, mesmo que não seja real, a percepção de que há um aumento de ocorrências nas escolas e no entorno destas. Esta situação pode contribuir para gerar uma sensação de medo e insegurança num local que deveria pelo contrario, justamente transmitir segurança e tranqüilidade para pais e alunos.

O tema proposto para análise: O Policiamento nos Educandários, realizado pela patrulha escolar, no contexto do programa polícia para a cidadania, na área de atuação da 1ª RPM. Esta Região Militar compreende o município de Belo Horizonte. Este estudo tem como ênfase a região norte de Belo Horizonte, antigo distrito de Venda Nova, atualmente atendida pelo 49º BPM, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012. O foco das análises se voltará para o desenho do programa e mais especificamente na ação desenvolvida pelo policiamento escolar. Volta-se para a composição das equipes, o treinamento e qualificação direcionados para os seus membros. Analisar como as equipes enxergam o policiamento escolar no programa polícia para a cidadania, como tem sido a atuação, se há indicadores de que sua ação e se estes vêm mostrando que há redução das ocorrências nas escolas.

3.2 Indicadores de violência nas escolas de BH.

A violência no meio escolar não distingue grupo social, cidade ou região, assim como a violência cotidiana pode ocorrer com mais frequência em determinado local e ser quase inexpressível em outros, mas de uma forma ou de outra esta presente. Neste sentido em Belo Horizonte o cenário não é muito diferente dos outros locais, portanto deve-se manter um acompanhamento constante para que os fatos graves que raramente ocorrem não passem a ser rotina do ambiente escolar. Na 1ªRPM este acompanhamento é feito pelo Núcleo de Prevenção Ativa – NPA, através de informações colhidas pela segunda seção de inteligência e estatística, que monitora, mês a mês as ocorrências nos educandários da capital.

A análise Criminal das ocorrências em educandários de Belo Horizonte é realizada a partir de dados estatísticos referentes às ocorrências atendidas pela PMMG, levantados pela seção de estatística, da 1ª RPM, e trabalhados pela seção de inteligência, que produz um relatório periódico o qual possibilita ao comando adotar medidas que possam mitigar a ocorrência de delitos nos educandários localizados na área da 1ª Região de Polícia Militar.

3.3 Principais programas e projetos desenvolvidos no ambiente escolar pela PMMG na 1ªRPM.

Os principais programas e projetos desenvolvidos pela 1ª Região da Polícia Militar estão descritos no portfólio de serviço da corporação e são normatizados por diretrizes e instruções que normatizam a sua execução, de forma que em todo estado eles

tenham uma linguagem única e um padrão de execução que possibilitam e facilitam o seu acompanhamento e avaliação dos seus resultados. A seguir serão descritos alguns destes programas que são desenvolvidos e que influenciam diretamente na prevenção do crime e da violência nos educandários.

3.3.1 Programa Educacional de Resistência as Drogas – PROERD

O Programa Educacional de Resistência as Drogas - PROERD é um Programa tem como finalidade evitar que crianças e adolescentes, alunos das diversas escolas do estado, iniciem-se o uso das diversas drogas existentes em nosso meio, o programa essencialmente preventivo, procura despertar a consciência das crianças quanto ao uso de drogas e ao mesmo tempo evitar a violência tanto nos seus aspectos físicos quanto morais.

O Programa é desenvolvido através de aulas, realizadas de forma descontraída procura ensinar aos alunos, ludicamente e com o emprego de técnicas pedagógicas, de acordo com a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.04/2010, que regula a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais, (Minas Gerais, 2010) as técnicas voltadas para a resistência às pressões impostas pelos seus companheiros e auxílio para que adquiram consciência da necessidade de dizerem “não” às drogas e à violência.” A base do programa é o projeto D.A.R.E. – Drug Abuse Resistance Education (Educar para resistir ao abuso de drogas), que foi desenvolvido na cidade de Los Angeles, Califórnia – EUA, em 1983, por um grupo composto por psicólogos, psiquiatras, policiais e pedagogos, sendo aplicado então pelo Departamento de Polícia de Los Angeles – LAPD –, em parceria com o Distrito Unificado Escolar daquela cidade. O projeto obteve grande sucesso naquele país e desde então vem sendo difundido para diversas partes do mundo.

No Brasil, iniciou-se no ano de 1992, através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ, e em seguida no estado de São Paulo (1993), pela Polícia Militar Paulista – PMESP. No Estado de Minas Gerais, o PROERD foi adotado oficialmente com a implementação da Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01/02–CG, sendo atualizada recentemente pela Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.04/2010, onde consta como objetivos do programa:

2.1 Geral

Dotar jovens estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência, com observância das normas institucionais, filosofia do Programa e alinhados às políticas públicas estabelecidas.

2.2 Específicos

2.2.1 Empoderar jovens estudantes com ferramentas que lhes permitam evitar influências negativas em questão afetas às drogas e violência, promovendo os fatores de proteção e suas habilidades de resistência.

2.2.2 Estabelecer relações positivas entre alunos e policiais militares, professores, pais e outros líderes da comunidade.

2.2.3 Permitir aos estudantes enxergarem os policiais como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento fundamentado na confiança e humanização.

2.2.4 Estabelecer uma linha de comunicação entre a Polícia Militar e o público infanto-juvenil.

2.2.5 Replicar informações e Políticas Públicas relacionados à prevenção de drogas e violência.

2.2.6 Abrir um diálogo permanente entre a “Escola, a Polícia Militar e a Família”, para discutir questões correlatas no eixo droga. (MINAS GERAIS, 2010)

3.3.2 Programa Jovens Construindo a Cidadania - JCC

O JCC foi criado nos Estados Unidos da América do Norte em 1979, onde recebe o nome de *Youth Crime Watch* (Jovens Contra o Crime), fruto da mobilização de uma comunidade revoltada com um crime de violência sexual contra uma menina de 12 anos. A comunidade viu na ocorrência do delito a necessidade de fazer alguma coisa para reduzir os problemas de drogas e crimes nas escolas e seu entorno. Nos primeiros meses de implantação o projeto já mostrou resultados com reduções significativas no número de delitos e uma melhora importante nas atitudes dos estudantes, que estavam aprendendo que tinham a possibilidade de fazer a diferença e que eles mesmos podiam ser os protagonistas das mudanças na sua escola e na sua comunidade

No Brasil, o programa esta presente desde 1999, e vem alcançando resultados positivos em diversas cidades, principalmente no Estado de São Paulo, onde se iniciou. Em Minas Gerais o programa se baseia na filosofia de polícia comunitária, através da Diretoria de Apoio Operacional - DAOp da PMMG, que vem coordenando as ações de implantação no estado, promovendo cursos de capacitação tanto de multiplicadores quanto de orientadores, que são os policiais que atuam na ponta da linha ajudando os jovens a desenvolverem suas habilidades no ambiente escolar e nas suas comunidades.

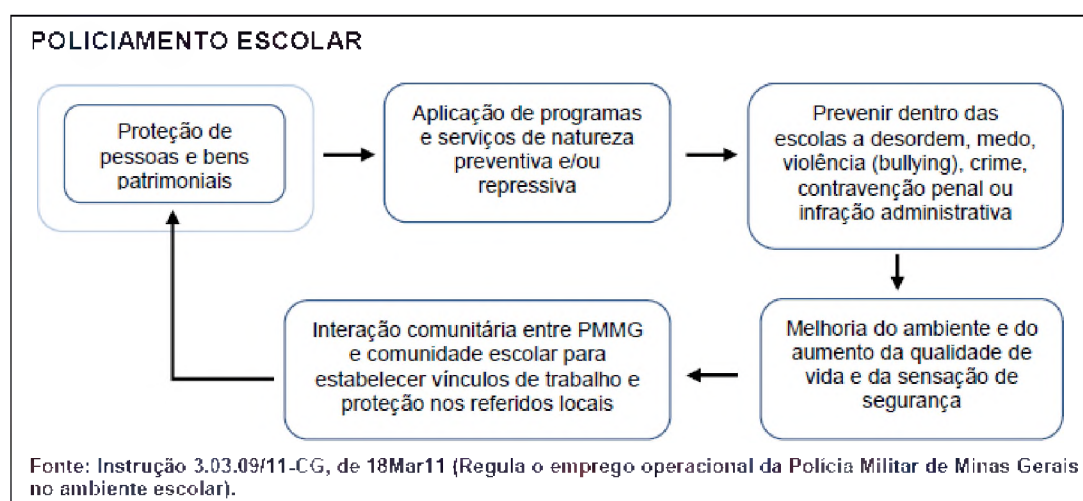
3.1.3 Patrulha escolar

Diferente dos demais programas e projetos a patrulha escolar não possui um público limitado, em se tratando de comunidade escolar, pois enquanto o PROERD e JCC trabalham basicamente, apenas algumas faixas etárias, a patrulha escolar atende toda comunidade escolar da pré-escola a faculdade, em contato permanente com diretores,

professores, funcionários da escola, alunos, pais e outros atores envolvidos, bem como a comunidade existente no entorno dos educandários. De acordo com a **Instrução para atuação da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar**. Instrução nº 3.03.09/2011 – CG. Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar (MINAS GERAIS, 2011) o Policiamento Escolar, tem como “missão principal realizar o policiamento ostensivo no entorno e no interior dos estabelecimentos de ensino, com vistas à prevenção da criminalidade e à restauração da ordem consiste em um conjunto de práticas policiais”.

O Policiamento Escolar foi normatizado recentemente na Polícia Militar de Minas Gerais por meio da Instrução Nº 3.03.09/2011-CG, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar.

Figura 5: Fluxograma do emprego operacional da Polícia Militar no ambiente escolar.



Fonte: MINAS GERAIS. Polícia Militar. Diretriz nº 3.02.03/2011- CG: Define a Estratégia e o Processo de Gestão do Programa Polícia para a Cidadania

As principais ações são a identificação de pessoas estranhas (ganguês, usuários de drogas, vândalos, cidadãos infratores, etc.) a participação em reuniões e eventos, nos estabelecimentos de ensino, para prevenir delitos, efetuar prisões/apreensões, impedir a prática de atos ofensivos à moral e aos bons costumes e reprimir práticas delituosas, principalmente o porte ilegal de armas e o uso de drogas, que exijam maior atenção dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Suas missões específicas são:

- a) manter contato estreito com a direção das escolas da rede pública estadual, municipal e particular, no sentido de estabelecer vínculos de trabalho e proteção nos referidos locais;
- b) cadastrar as escolas que fazem parte do policiamento escolar;

- c) interagir comunitariamente através da participação em reuniões e eventos
- d) identificar pessoas estranhas (gangues, usuários de drogas, vândalos, cidadãos infratores, etc.) nos estabelecimentos de ensino, para prevenir delitos;
- e) efetuar prisões/apreensões, quando necessário, nos casos previstos em lei;
- f) impedir a prática de atos ofensivos à moral e aos bons costumes;
- g) reprimir práticas delituosas, principalmente o porte ilegal de armas e o uso de drogas;
- h) adotar medidas repressivas imediatas diante da iminência de rompimento da ordem pública;
- i) fiscalizar estabelecimentos e ambulantes para coibir a prática de consumo de álcool, drogas, comércio de produtos ilegais, venda proibida a menores e a evasão escolar;
- j) auxiliar na promoção de campanhas e programas de prevenção ao uso e tráfico de drogas e desarmamento, por meio de palestras e outras formas de conscientização comunitária, dentro das especificações didáticas e limitações metodológicas estabelecidas pela Coordenação Estadual do PROERD;
- k) servir como consultor de medidas de autoproteção para discentes do estabelecimento de ensino;
- l) avaliar as condições de segurança patrimonial da escola, propondo e coordenando ações integradas com a direção do educandário, visando incluir e/ou coibir a vontade de delinquir dos infratores da lei;
- m) informar e orientar aos funcionários e usuários das escolas, por meio de visitas de prevenção ativa, sobre as questões inerentes à segurança pública, bem como acerca de comportamentos ideais para a melhoria da qualidade de vida local;
- n) promover reuniões periódicas com a direção das escolas, sob a coordenação dos respectivos comandantes, para a busca de solução dos diversos problemas ligados à segurança pública;
- o) fomentar a implementação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública Escolar – CONSEP Escolar, por meio da mobilização da comunidade escolar;
- p) fomentar a discussão e formalização de regimento interno da instituição de ensino, visando criar regras legais, claras e objetivas de condutas a serem seguidas por todos os atores escolares;
- q) realizar palestras, dentre outros assuntos, sobre valores de cidadania e respeito às normas, prevenção primária e secundária sobre drogas, promoção dos direitos humanos, medidas de autoproteção, mediação de conflitos e promoção da paz social, estimulando a cultura de paz. (MINAS GERAIS, 2011 p 27 e 28)

Na seção seguinte serão expostos os aspectos metodológicos que moldaram e deram sustentação ao formato científico da pesquisa.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção tem por objetivo apresentar a metodologia utilizada nesta pesquisa, onde descreve o tipo de pesquisa, sua natureza, procedimentos, métodos e abordagens aplicadas para realização do trabalho, cujo objetivo geral é analisar o serviço de Policiamento nos Educandários desenvolvido pela patrulha escolar na 1ª RPM⁴, com ênfase na área do 49ª BPM, especialmente na região de Venda Nova, verificando como foi a sua formulação, os seus objetivos, os recursos mobilizados, as equipes, os indicadores de registro de violência nos educandários e como está sendo implementado o programa. A partir deste, traçou-se também alguns específicos, que são:

- a) Avaliar se as equipes de patrulha escolar conhecem e se estão de acordo com o policiamento de educandários no contexto do programa polícia para a cidadania;
- b) Identificar as dificuldades encontradas pelas equipes para desenvolver suas atividades com vistas a prevenção de delitos nas unidades de ensino por eles atendidas;
- c) Conhecer os procedimentos e técnicas policiais empregados durante o serviço de patrulha escolar e seu atendimento de ocorrências no âmbito das escolas pesquisadas e verificar se estão de acordo com a instrução do policiamento em educandários;
- d) Verificar, na percepção dos policiais militares empregados nesta modalidade de serviço, sobre a necessidade ou não de treinamento específico para atuar no policiamento em educandários;
- e) Identificar um conjunto de boas práticas, a partir das ações que foram adotadas pelos policiais quando do patrulhamento nos educandários e seus reflexos para a prevenção criminal.

Com base no objeto de estudo proposto para este trabalho que é o Policiamento em Educandários executado através do serviço desenvolvido pela patrulha escolar foi formulada a seguinte questão problema norteadora para um exame adequado do referido serviço: “A maneira como foi desenhado o Policiamento em Educandários, com o emprego da patrulha escolar, os recursos mobilizados para o projeto, a forma como foi formada as equipes de policiais para atuarem no Projeto, a qualificação destes policiais para

⁴ Considerando que o grande número de educandários existentes na 1ªRPM inviabilizaria a execução de uma pesquisa com uma amostra confiável, o tempo disponível para pesquisa que coincidiu com o período de férias escolares, a pesquisa limitou-se a área do 49ºBPM naquilo que se referente ao público atendido pelo programa sendo que a 1ªRPM serviu para análise do efetivo empregado no serviço de policiamento em educandários incluindo os gestores do serviço.

atuarem no policiamento escolar e conseqüentemente no programa Polícia para a Cidadania, a forma como estes policiais que participam do Programa enxergam o seu desenho e a sua proposta e a forma como as equipes atuaram nos anos de 2011 e 2012 possibilitaram que o programa atingisse os objetivos aos quais se propôs atingir e permitiu que a PM agisse de forma preventiva na contenção da violência nas escolas da 1ª RPM?”

Considerando a proposta do estudo, trata-se de uma pesquisa caracterizada como exploratória onde se procurou levantar dados de praticas correntes do dia a dia operacional, na busca de informações importantes para a análise do serviço de Policiamento em Educandários que vem sendo executado na 1ªRPM e a sua confrontação com o desenho e os objetivos propostos do serviço de policiamento escolar delineando pelo Programa polícia para a cidadania e no Plano estratégico da Corporação.

Trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa, uma vez que buscou o levantamento das informações, através de questionários com perguntas abertas aos policiais militares empregados no serviço de patrulha escolar, levantamento de dados sobre registro de ocorrências em educandários e ainda de documento diversos relacionados ao desenho e a implementação do Policiamento em Educandários.

Para a abordagem a pesquisa orientou-se pelo o método hipotético dedutivo, visto que se procurou através da colocação do problema e construção teórica sobre o assunto, se levantar dados e informações suficientes para verificar se o policiamento em educandários executado pela 1ªRPM, no município de Belo Horizonte/MG, vem atendendo os preceitos das políticas públicas as quais esta inserido bem como as suas conseqüências particulares para segurança pública

Para esta pesquisa empregou-se como procedimentos, métodos comparativo e estatístico, embasados em levantamentos teóricos acerca da implementação de Políticas públicas, policiamento comunitário e prevenção criminal, análise documental de dados estatísticos e análise qualitativa de questionários abertos aplicados ao público alvo, no qual buscou-se a análise da percepção e das habilidades dos policiais militares das unidades em Belo Horizonte para prevenção criminal nas escolas nos anos de 2011 e 2012, a fim de possibilitar, ao final uma visão critica do policiamento em educandários desenvolvido pela 1ªRPM.

Quanto às técnicas de pesquisa, referente à documentação indireta foi realizada através de fontes documentais (primaria) e bibliográficas (secundaria). Na primeira, sendo analisado o Plano Mineiro de Desenvolvimento, o Sistema de Gestão

estratégica da Polícia Militar de Minas Gerais, a Constituição Federal de 1988, a Constituição do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1989), a Instrução para atuação da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar. Instrução nº 3.03.09/ 2011 – CG. Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar (MINAS GERAIS, 2011), os bancos de dados de ocorrências registradas no REDS – Registro de Eventos de Defesa Social, sobre fatos ocorridos nos educandários nas suas imediações. na região do 49º BPM e da 1ª RPM. As fontes secundárias foram compostas de bibliografias relacionadas à prevenção criminal o policiamento em educandários e ambiente escolar, à criminalidade e a violência, além de teorias da administração pública, em especial políticas públicas, além de revistas, artigos extraídos da internet e monografias relacionadas ao tema.

A documentação direta foi construída durante a pesquisa de campo a partir de questionários, com questões abertas aplicadas aos policiais militares que atuam no policiamento escolar da 1ªRPM, gestores do serviço de policiamento escolar na 1ªRPM, formuladores da diretriz que regula o serviço e por fim corpo docente e funcionários das escolas atendidas pelo policiamento escolar no período pesquisado. A escolha pelo questionário aberto se deu pelo fato de que o objetivo geral da pesquisa era analisar, sob a perspectiva dos pesquisados como estes compreendem o policiamento escolar, os recursos que dispõem como estão atuando no dia-a-dia nas escolas e os reflexos na prevenção criminal nos educandários no período de janeiro/2011 a dezembro/2012

Constitui-se o universo da pesquisa em dois grupos: o primeiro constituído pelos policiais militares formuladores e gestores do policiamento escolar. O segundo grupo, constituído pelos policiais militares que atuam diretamente no policiamento escolar e de maneira complementar docentes das escolas atendidas. Também foram distribuídos questionários estruturados e padronizados a uma pequena amostra representativa do corpo docente de estabelecimentos de ensino público da região de Venda Nova, vetor norte de Belo Horizonte, por reunir características que podem representar uma público significativo de escolas atendidas pelo policiamento escolar.

Tendo em vista que o objetivo geral da pesquisa é analisar e avaliar o desenho e a implementação do policiamento em educandários, seus reflexos para a prevenção criminal, se as equipes de patrulha escolar estão aptas a desenvolver suas atividades com vistas à prevenção de delitos nas unidades de ensino por eles atendidas e se este serviço atende aos preceitos da Filosofia de Polícia Comunitária, os questionários foram dirigidos ao público composto pelos respectivos policiais.

Definição da Amostra de integrantes do policiamento escolar foi de forma censitária, considerando que atualmente a patrulha escolar da 1ªRPM é formada por um universo de 48 policiais militares, sendo que 39 responderam ao questionário. O grupo formado pelos formuladores e gestores do serviço é composto de apenas 13 Policiais militares, todos consultados através de um questionário aberto, sendo que apenas 03 não retornaram a pesquisa, por estar em período de férias. Quanto à amostra do corpo docente, optou-se por consultar docentes de apenas uma região, sendo a região escolhida foi à área atendida pelo 49ºBPM⁵, com perfis de ocorrências semelhantes e atendidas pela patrulha escolar, inicialmente a intenção era consultar todo corpo docente, mas seria um universo muito extenso de pessoas que apesar de atuarem no ambiente escolar não tiveram nenhum contato com a patrulha escolar. Como a intenção, neste momento, era de se ouvir apenas educadores que foram atendidos patrulha escolar, foram selecionados apenas diretores, vice-diretores e educadores que tiveram contato direto a equipe seja através de envolvimento em ocorrência ou de alguma demanda preventiva (palestras e seminários) Deste universo um grupo de 15 profissionais foram contatados e se dispuseram a responderem a pesquisa.

Na verificação e tratamento dos dados obtidos por meio da pesquisa foram empregados conceitos e recursos da estatística descritiva a se verificar o objeto de estudo, utilizou-se recursos da estatística, disposto em tabelas e gráficos para fins de interpretação das questões atinentes a pesquisa. As técnicas e metodologias apresentadas nesta seção possibilitaram a obtenção das informações necessárias para as interpretações e reflexões que serão apresentadas na próxima seção, sendo que ao longo da seção seguinte, abordar-se-á a análise dos dados obtidos em paralelo a construção teórica apresentada na terceira seção.

⁵ O 49º BPM, responsável por grande parte da Região Norte de Belo Horizonte, tem como missão contribuir para que a Polícia Militar alcance seu objetivo de assegurar a dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais, contribuindo para a paz social e para tornar Minas o melhor Estado para se viver. A unidade é originária do 13º BPM e compreende as companhias 14ª e 15ª, tendo sido criada também a 228ª Cia TM - Companhia Tático Móvel. O 49º BPM conta com o efetivo de 553 (quinhentos e cinquenta e três) policiais e uma frota de 56 (cinquenta seis) viaturas
Fonte: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/49bpm>, acessado em 21dez2013

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, trabalhou-se na análise e a interpretação dos dados obtidos durante a pesquisa através das informações coletadas nos diversos documentos analisados, nos questionários e outros registros de fatos ocorridos no ambiente escolar no período de 2011 a 2012, com ênfase na área do 49º BPM, no quesito de satisfação com o serviço. Verificou-se ainda se aquilo que foi tratado na fundamentação teórica esta de acordo com o objeto de estudo e por fim se o objetivo pretendido pela pesquisa foi alcançado.

5.1 Análise e interpretação dos resultados da pesquisa

Verificou-se na Primeira Região da Polícia Militar-1ª RPM, que existe uma preocupação em se seguir os parâmetros “Instrução para atuação da Polícia Militar de Minas Gerais no Ambiente Escolar”, Instrução nº 3.03.09/ 2011 – CG. Este documento regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar. Percebe-se, com isso, em especial pelo empenho do Núcleo de Prevenção Ativa – NPA, em estar constantemente alinhando os procedimentos operacionais dos militares que atuam no policiamento escolar, através de palestras encontros e seminários. Além disto, há um acompanhamento diário de todas as ocorrências em estabelecimentos de ensino, através da seção de inteligência da 1ªRPM, que faz a análise das ocorrências, filtra as informações e repassa os fatos relevantes às unidades operacionais para que sejam adotadas as providências necessárias ao caso em questão.

5.1.1 Análise do processo de formulação do serviço de policiamento escolar

Para Mokate(2002) um fator importante quando se analisa um programa é o perfil dos formuladores dele. Quando o perfil é muito técnico corre-se o risco de ter um desenho mais distante do mundo real e pode ocorrer forte resistências dos implementadores, beneficiários da política e outros interessados. Por outro lado, quando o perfil é mais político, pode-se ter uma visão fragmentada e superficial do problema a ser enfrentado e, por isso, os recursos mobilizados serem insuficientes ou exceder as necessidades do problema. Em ambos os casos, surgem problemas para o projeto, programa ou política pública.

A situação ideal é envolver representações dos interessados e transformar a elaboração do programa em uma arena de negociações. Se por um lado, parte da literatura considera que as negociações tornam menos eficiente a política ou programa. Por outro, há

um grande número de autores que defendem que o tempo e esforço despendido nas negociações, resultam em ganhos e recursos que possibilitam que as políticas e programas públicos obtenham resultados melhores. O que encontra respaldo na visão de Silva e Melo (2000), em que para eles “A implementação pode ser melhor representada como um jogo entre implementadores onde papeis são negociados, os graus de adesão ao programa variam, e os recursos entre atores são objeto de barganha”.

Desta forma, tornou-se necessário analisar o perfil dos elaboradores do Programa Patrulha Escolar, pois permitiu verificar se no início, na elaboração, o programa em análise terá chances de obter resultados ótimos. Neste sentido, destaca-se aqui o perfil dos formuladores a época da construção do serviço.

Verificou-se que a comissão formuladora da Instrução nº 3.03.09/ 2011, que passou a regular o serviço de policiamento escolar, se deu através de uma designação do Estado Maior da Polícia militar – EMPM. Uma exigência que se observou nesta designação, é que a comissão deveria ser composta por militares que reuniam conhecimento específico sobre o policiamento escolar, até então realizado das diversas Unidades da PMMG. Além dos militares, deveria haver um oficial psicólogo com experiência em processos seletivos.

Assim, o grupo era composto de Majores (04) e capitães (02), com idade entre 30 a 42. Em relação ao tempo médio de serviço, verificou-se que a maior parte do grupo tinha em torno de 20 anos de serviço. Quanto à área de formação, o grupo era composto por uma psicóloga com mestrado em Psicologia Social e os demais pós-graduados em segurança pública, direito e gestão empresarial. Apesar do perfil técnico do grupo, verificou-se também que muitos dos seus membros tinham grande envolvimento com as rotinas e os atendimentos ao público das escolas e também com as rotinas dos estabelecimentos de ensino.

Os relatos indicam que o trabalho começou por uma revisão bibliográfica sobre o tema violência escolar. Foram discutidos os pontos relevantes, experiências exitosas de algumas unidades da PMMG no atendimento das demandas escolares e a experiência pessoal de cada membro do grupo.

A equipe de trabalho contou ainda com a colaboração de Oficiais que tinham as mais diversas experiências em ações preventivas no ambiente escolar, tais como PROERD, JCC, entre outros. Além disso, antes de iniciar os trabalhos procurou-se apurar

quais outros programas ou projetos já estavam sendo desenvolvidos no Estado, através de consulta documental.

“[...]uma consulta bibliografia e documental do trabalho realizado por outras instituições, mas sem a participação direta de membros destas instituições, sendo que participaram diretamente da elaboração do documento apenas (Questionário F-1, 2012)

O objetivo inicial era construir um novo documento que consolidasse as experiências das diversas iniciativas do policiamento escolar já existente na Instituição, aliadas com algumas teorias educacionais extras PM. Um dos objetivos era buscar a padronização da atuação operacional. Nesse sentido, nas palavras de um dos membros da comissão o objetivo era:

“objetivo era construir o melhor instrumento possível que pudesse orientar o policiamento escolar”. “Elaborar diretriz que norteasse a prática do policiamento no ambiente escolar em todo Estado de Minas Gerais, de forma a padronizar comportamentos na Corporação, evitando assim, o desgaste com projetos diferentes voltados para a mesma matéria.” (Questionário F-2, 2012)

Verificou-se o empenho do grupo em elaborar um documento normativo que pudesse regular a atuação operacional no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, buscou-se, também, a ação de forma integrada aos outros programas e serviços já prestados pela PMMG no ambiente escolar.

Quanto às múltiplas demandas de todos os interessados e afetados pelo policiamento escolar, o grupo entendeu que há grande dificuldade em atender a todas as suas demandas. Isto porque o número de interessados era grande. Entretanto, a equipe entendeu que conseguiu contemplar o máximo possível de demandas apresentadas para este serviço. Principalmente porque se baseou, entre outras coisas, nos diversos programas já existente e em curso na instituição respeitando as características de cada localidade. Nas palavras de um dos membros da equipe de formuladores,

“[...]foram coletados informações de diversos programas, exitosos ou não, que já eram desenvolvidos por UEOp em todo Estado, de forma que, após filtrados, elaborou-se a Instrução baseado no que já havia sendo desenvolvido, evitando-se assim, desvalorizar o que já estava acontecendo ordinariamente.” (Questionário F-2, 2012)

Neste sentido a equipe, pensando na perspectiva de trabalho em rede, buscou contemplar a inclusão dos principais atores participantes do processo de segurança escolar como se observa no item 4.3 da referida instrução.

As ações destinadas ao enfrentamento da violência em meio escolar passam por dimensões envolvendo diferentes atores que, observadas as

respectivas competências funcionais, admitem que o enfrentamento desse fenômeno esteja associado à capacidade de articulação e mobilização dos atores que constituem a rede de proteção no ambiente escolar, sendo a Polícia Militar de Minas Gerais, um dos atores que tem um papel a desempenhar. Neste sentido, mapeiam-se alguns dos atores que, devido à natureza legal de suas funções, têm participação fundamental no provimento de segurança no ambiente escolar, enfatizando-se que outros atores, além dos abaixo citados, podem se constituir em elos entre o fenômeno a ser enfrentado e as soluções de pacificação. (MINAS GERAIS, 2011, p.21)

Pode-se identificar então que os atores referenciados na instrução supracitada foram:

- a) Secretaria de Estado de Educação
- b) Secretarias Municipais de Educação
- c) Corpo docente
- d) Corpo discente
- e) Família
- f) Associação de Pais e Mestres
- g) Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP) Escolar
- h) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- i) ONG (Organizações não Governamentais)
- j) Conselhos Tutelares
- k) Juizado da Infância e da Juventude
- l) Ministério Público
- m) Polícia Civil
- n) Guarda Municipal
- o) Polícia Militar de Minas Gerais

Ainda analisando a posição dos formuladores da instrução que vem regulando o policiamento escolar, pode-se afirmar que eles entenderam que o programa como um todo atingiria seu objetivo a partir do momento que, depois de regulada a forma de atuação da instituição no ambiente escolar e ocorrer a devida orientação uniforme dos policiais militares que estariam executando o serviço. E, ao mesmo tempo, ficar claro os limites de atuação da PMMG preventiva e repressivamente. Além da difusão da doutrina e por fim a compreensão da “necessidade de se envolver outros atores na questão, ou seja, o trabalho em rede”

Quanto ao apoio para execução dos trabalhos, relatam que houve total apoio da instituição para o desenvolvimento do trabalho desde o início. Este apoio ocorreu tanto

na designação da comissão, quanto para todas as reuniões, correções, até a publicação do documento final.

Viu-se na pesquisa que houve a preocupação dos participantes da formulação do Programa, em construí-lo para obter resultados tanto nas ações preventivas, quanto nas repressivas, apesar de entenderem que na sua essência o serviço é eminentemente preventivo. Porém, ele possui alguns pontos que se amoldaram ao caráter repressivo. O que pode ser considerado absolutamente normal, pois ressalta-se a visão da necessidade de manter os dois tipos de atendimento, visto que “as duas são necessárias no combate à violência escolar.

[...] o foco foi provocar resultados preventivos, em razão do local de atuação. Porque se trata de policiamento em ambiente escolar e o foco prioritário é a prevenção, e Num segundo momento, para evitar “choques e traumas” da própria presença da Polícia no ambiente escolar, visto que se trata de um ambiente multifacetado. , (Questionário F-4, 2012)

Quanto ao monitoramento do serviço, posteriormente foram construídos instrumentos de monitoramento e avaliação do programa pela seção encarregada deste setor. Viu-se na pesquisa que a equipe não foi envolvida diretamente neste processo. Estava previsto para ela, apenas a avaliação através da estatística criminal, entrevista, pesquisa de campo e relatórios gerenciais de avaliação. No item 8 da diretriz ficou claro como deveria ser o controle feito pela equipe encarregada da execução do programa. Sendo o acompanhamento da execução feito pelas próprias unidades através do Núcleo de Prevenção Ativa (NPA). Ou seja, a equipe não tem participação no monitoramento da execução do serviço.

A equipe da formulação fez também uma primeira previsão dos recursos específicos para atividade. Quanto aos recursos houve a preocupação de defini-los, porém sem muito aprofundamento, deixando a cargo de o setor logístico (PM-4 e DAL) trabalhar esta temática.

5.1.2 Análise do processo de gestão do serviço de policiamento escolar na 1ªRPM

A gestão do serviço de Policiamento Escolar na 1ªRPM, atualmente está a cargo do Núcleo de Prevenção Ativa – NPA, das unidades, que dispõe de um oficial ou sargento com a função específica de acompanhar o desenvolvimento desta atividade. Como a 1ªRPM é formada por 8 unidades operacionais, ela conta atualmente com 9(nove) NPAs, sendo que 08 estão nos Batalhões(unidades operacionais), e um núcleo central que esta na própria 1ªRPM e tem a função de coordenar os demais. O grupo é composto por 3 capitães,

3 tenentes e 2 sargentos, com a predominância de formação superior, idade entre 30 e 40 anos e contam com 10 a 20 anos de serviço.

Desde início do ano de 2012, estes núcleos, sob a coordenação da 1ªRPM, vêm desenvolvendo um processo sistemático de acompanhamento e atualização das equipes de policiamento escolar. E vem buscando, principalmente, nivelar a execução do serviço da Patrulha Escolar da 1ª RPM, dentro dos preceitos das diretrizes para o emprego operacional⁶, em especial, a Diretriz que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar. E vem buscando incutir nos policiais militares que compõe as equipes de policiamento escolar, a idéia de que o policial deve atuar como um consultor de segurança. Pois, considera-se que ele é o responsável pela qualidade de vida no ambiente escolar, primando pela prevenção criminal.

5.1.2.1 Participação dos gestores no processo de formulação do serviço de policiamento escolar

Quanto à participação dos gestores no processo de formulação verificou-se que, devido a grande rotatividade de policiais à frente da gestão dos NPA, nenhum dos atuais gestores participou da fase de formulação ou foram consultados para tal. As informações mostram que eles só vieram a conhecer a atividade quando foram designados para a coordenação dos respectivos NPA de suas unidades

A competência na gestão da patrulha escolar é dos Núcleos de Prevenção Ativa (NPA) nos diversos níveis do emprego operacional. Recairá sobre o oficial ou praça Multiplicador em Polícia Comunitária (designado para elaboração e estruturação do CONSEP/Escolar), a competência quanto ao assessoramento das ações junto à rede. (MINAS GERAIS, 2011. p. 35)

Apesar da Instrução para atuação da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar, Instrução nº 3.03.09/ 2011, trazer que a gestão do policiamento escolar é tarefa do NPA, em boa parte das unidades o gestor do policiamento escolar é o chefe da 3ª seção. Esta que é a seção responsável pelo planejamento operacional das unidades. Geralmente um capitão ou tenente, que também coordena o Núcleo de Prevenção Ativa - NPA, que está subordinado diretamente a 3ª Seção é o encarregado da gerência de todos

⁶ As Diretrizes Operacionais da PMMG são documentos que visam disciplinar, direcionar e condensar orientações estratégicas, com o objetivo de proporcionar uma maior sustentação as práticas operacionais, sempre com foco na garantia da dignidade da pessoa humana, a promoção dos direitos e liberdades fundamentais e a prevenção criminal.

os programas ligados a prevenção criminal nas escolas, como por exemplo, PROERD, JCC e Polícia Comunitária.

5.1.2.2 A percepção dos gestores sobre o Policiamento Escolar

Com base nas análises dos questionários aplicados, foi possível identificar a posição dos gestores em relação ao Policiamento Escolar. Neste sentido, é possível afirmar que os gestores entenderam que é um serviço de extrema relevância para a prevenção de delitos nas escolas. E consideraram também que ele é de fundamental importância para a presença do serviço Policial Militar para a prevenção da violência e ao consumo de drogas. Isto por que, segundo eles, por possibilitar um contato mais próximo à comunidade e aos jovens que freqüentam as escolas. E por permitir que eles possam atuar como formadores de opinião, influenciando docentes e discentes. Em suma consideraram como um bom programa. Foi o que afirmou um dos gestores, destacado a seguir,

“Creio que o serviço é de extrema relevância, uma vez que atua em duas vertentes sendo um como instrumento de aproximação entre a Polícia e a comunidade escolar em especial crianças e adolescente, propiciando uma melhoria da Imagem Institucional, quebra de preconceitos e paradigmas, atuando ainda em conjunto com Escolas na identificação e solução de problemas relacionados a escola. Outro atuar de forma qualificada no trato com este público no atendimento de ocorrências de forma repressiva, respeitando as especificidades da ocasião.” (Questionário G3 2012)

O posicionamento do gestor destacado acima permite ver, também, que há um entendimento entre eles que Patrulha Escolar além de trabalhar preventivamente, possibilita também agir repressivamente. Mas, neste caso, fica claro a preocupação com as especificidades do momento.

5.1.2.3 As formas de monitoramento e avaliação do Policiamento escolar pelos gestores.

Os gestores vêm procurando utilizar os instrumentos previstos na legislação que rege o programa e os indicadores previstos. Mas, percebe-se que não é com a freqüência que gostariam. Isto, segundo eles, devido às dificuldades logísticas e operacionais. Mas, é possível ver também que eles vêm procurando fazer o acompanhamento permanente em parceria com a Seção de Planejamento Operacional das unidades e com a Seção de Inteligência. É o que ficou claro nos relatórios confeccionados pelos militares do policiamento escolar que além destas informações, trouxeram sugestões ou reclamações a cerca deste serviço, bem como acompanhamento estatístico de ocorrências nas Escolas. É o que diz o depoimento de um dos gestores, descrito a seguir

È realizando o acompanhamento por meio do controle de registros do número de visitas a estabelecimentos escolares realizados, índice de ocorrências no Interior e em proximidades de Escolas, relatórios de atuação dos militares que desempenham a função, reuniões com diretoras de Escola colhendo o Feed Back da atuação dos militares. **(Questionário G3 2012)**

Conforme se observa no relato acima é possível também fazer um acompanhamento qualitativo através dos registros de visitas as escolas e as diversas atividades junto ao corpo docente e discente. Para cada visita a uma escola é gerado uma Ocorrência no Registro de Eventos de Defesa Social – REDS. O que possibilita fazer um monitoramento detalhado de todos os fatos que acontecem nos educandários. Além deste registro, em alguns casos, os policiais confeccionam relatórios aos respectivos órgãos envolvidos sobre problemas detectados, que não são da alçada da Polícia Militar, mas que refletem diretamente na segurança do local.

5.1.2.4 Tipos de demandas recebidas pelas equipes do policiamento escolar, na visão dos gestores.

Segundo os gestores a maior demanda do policiamento escolar esta relacionado ao atendimento das ocorrências diversas envolvendo o público estudantil, principalmente ocorrências de menor potencial ofensivo como rixa entre alunos, atrito verbal e ameaças, mas também há registro de fatos graves como uso e porte de drogas, porte ilegal de arma de fogo, furtos e roubos, dentre outros.

Como atividade preventiva destaca-se a produção de palestras diversas para as escolas. Estas são destinadas aos docentes e discentes ou mesmo para a comunidade incluindo os pais. De acordo com o que a escola esta vivenciando são feitos relatos de ocorrências para outros órgãos com finalidade de ajudar a solucionar os problemas do educandário em questão.

5.1.2.5 O que os gestores consideram como atividade preventiva em educandários.

Nas respostas aos questionários e nas conversas informais com os gestores foi possível identificar que eles consideram atividades preventivas nos educandários as ações de mobilização e conscientização em nome de uma cultura de paz. Estas ações devem ser feitas, entre outras coisas, em palestras ministradas pelos Militares. Consideram também que a própria presença do Policial militar dentro das Instituições de Ensino, em parceria com os Diretores e Professores pode ser entendida como atividade preventiva. Isto

porque, para eles, estas ações podem ensinar aos alunos e frequentadores que a Polícia Militar está presente e atuante, desenvolvendo seus projetos em conjunto com os cidadãos. Outras ações que consideraram importantes foram às visitas nas Escolas; a integração com a comunidade escolar; a parceria entre a escola, aluno, família e outros órgãos públicos e privados na identificação, análise e solução de problemas que ocorrem no ambiente escolar, que podem gerar reflexos na segurança pública bem como na qualidade de vida dos atores envolvidos. A posição do gestor descrita na resposta ao questionário e descrita a seguir deixa claro esta visão,

Entendo que o policiamento escolar deva ser mais contundente neste sentido, vez que a intervenção do policiamento escolar em palestras preventivas, bem como a fixação de policiais nesta modalidade de serviço, servem para criar um vínculo entre a Polícia Militar e a comunidade estudantil. (Questionário G5 2012)

5.1.2.6 O perfil do policial para trabalhar em ambiente escolar

A realidade vem mostrando que não são todos os militares que tem condições de trabalhar em um ambiente escolar. Contudo, também, não é necessário que o indivíduo nasça com estas condições. Na verdade, elas são construídas através de investimentos em formação. O grupo gestor definiu um critério para seleção de cada candidato ou militar convocado para o Programa Patrulha Escolar. Alguns destes critérios foram demonstrados na fala de um dos gestores, descrita na resposta a uma das questões do questionário aplicado a eles.

O primeiro ponto a ser observado é a “PROATIVIDADE” deste militar, deve ser VOLUNTÁRIO, por ser uma patrulha especial, que atuará diretamente com menores de idade e seus familiares. Devem ser preparados para realizar o policiamento de forma a solucionar problemas que são apresentados, evitando truculência, deve ser desinibido, não ver problema em atuar junto a Grandes públicos, sendo rígido quando necessário, mas sempre cortês. Deve ser um Policial inserido na Diretriz de Polícia Comunitária, que não possui travas e aceita como a melhor forma de executar o policiamento. (Questionário G3 2012)

O grupo gestor definiu que o perfil do policial militar deveria ser aquele acredite e defenda os Direitos Humanos, que tenha uma visão ampliada sobre o exercício da segurança pública e que tenham, também, informações sobre processos educacionais e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Definiu-se também que deveria ser um policial com uma competência maior para diálogo com o público escolar, seja direção, funcionários, professores, pais e principalmente, os alunos. E deveria ter como mais uma competência importante, ser extremamente comunicativo e formador de opinião. Como todo policial militar deve primar pela postura, profissionalismo, cortesia no trato com a comunidade, técnico nos

procedimentos policiais, boa capacidade de comunicação, criativo, dinâmico, proativo, como observa-se na fala de um dos gestores:

O perfil ideal na minha concepção é de um militar comunicativo e proativo, que realmente goste da modalidade de serviço e que tenha um relacionamento interpessoal bem desenvolvido no aspecto de fazer a interação entre os clientes do policiamento escolar (alunos/professores) e a Instituição policial militar. (Questionário G4 2012)

Neste sentido, observou-se que os gestores têm conhecimento do perfil ideal para o policial empregado na atividade de policiamento escolar. O que mostra um alinhamento com o desenho do policiamento escolar que prevê esta adequação de perfil para exercício da atividade. Este fato pode ser considerado bom para a atividade, pois possibilita que aqueles que não se encaixam no perfil sejam rapidamente reconhecidos e remanejados, para não ocorrer prejuízos para o serviço que sendo desenvolvido. (MINAS GERAIS, 2011. p. 41).

5.1.2.7 Quanto aos recursos destinados ao escolar

Atualmente a patrulha escolar conta com 48 policiais militares destinados a esta atividade. Em média, são destinados dois PM por Companhia para o programa. O único recurso diferenciado é uma viatura exclusiva para o serviço de policiamento das escolas. Não há previsão de um local destinado exclusivamente ao Policiamento Escolar, uma vez que a atividade é desenvolvida nas escolas de forma itinerante. Os demais recursos, quando demandados, como, por exemplo, o projetor multimídia e o computador, para a execução de uma palestra, são disponibilizados pela Cia PM, mas são de uso comum de todos. Não há carência de combustível ou equipamento básico como rádio e armamento.

Os recursos básicos como armamento e equipamento são os disponíveis nas Cias e recentemente houve renovação da frota com a aquisição pelo estado de viaturas específicas para o policiamento escolar. As viaturas, normalmente, possuem adesivos com os dizeres: PATRULHA ESCOLAR. Cada companhia possui uma viatura para atender a comunidade estudantil. Quando existe alguma programação especial, alguns recursos são destinados pelo Estado Maior ou pela própria 1ª RPM como panfletos de divulgação e dicas PM.

5.1.2.8 Quanto ao treinamento destinado as equipes do escolar

Segundo os gestores, algumas unidades mantêm um cronograma de treinamentos, planejadas pela Assessoria de Ensino e Treinamento (AET) das Unidades.

Treinamentos estes ministrados pelos oficiais da unidade ou, quando solicitado, por professores e especialistas na área de educação que se dispõem a participar destes encontros.

Não há registro de nenhum curso específico destinado à atividade. Apenas por iniciativa da 1ªRPM realizou-se no decorrer de 2012 algumas reuniões de nivelamento de práticas e informações entre os militares que atuam no serviço.

Tanto os gestores quanto os próprios militares que executam a atividade entendem que existe uma carência de treinamento específico para o policiamento escolar, que vise tanto a reciclagem, como também a padronização de procedimentos entre os militares que compõem o serviço.

5.1.2.9 A influência da atuação das equipes do policiamento escolar na redução dos índices de criminalidade e violência na região que atuam

Os gestores argumentam que ainda não possuem dados suficientes que possam comprovar esta influência, mas acreditam que a presença policial nas escolas vem contribuindo para a redução criminal.

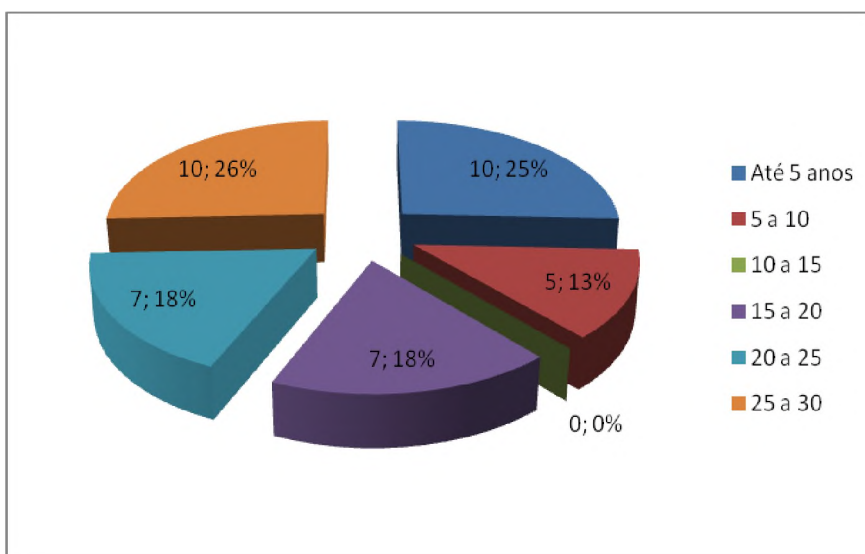
Devido a carência nos bancos de dados que não nos fornece informações mais detalhadas não tenho elementos para afirmar que o policiamento escolar influencia, contudo, creio que como missão principal de prevenir delitos no ambiente escolar, certamente gera uma maior segurança para todos os atores. (Questionário G4 2012)

Apesar de a avaliação estatística ser um fator preponderante e servir de balizamento para avaliação dos resultados, é importante considerar que conforme assevera Bayley (2006), a “premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança”, portanto para atender o desenho do policiamento a atividade os militares devem trabalhar na mais esta questão envolvendo a comunidade escolar para de fato conseguir atingir seus objetivos.

5.1.3 Percepção do serviço de policiamento escolar na 1ªRPM, pelos policiais militares da patrulha escolar

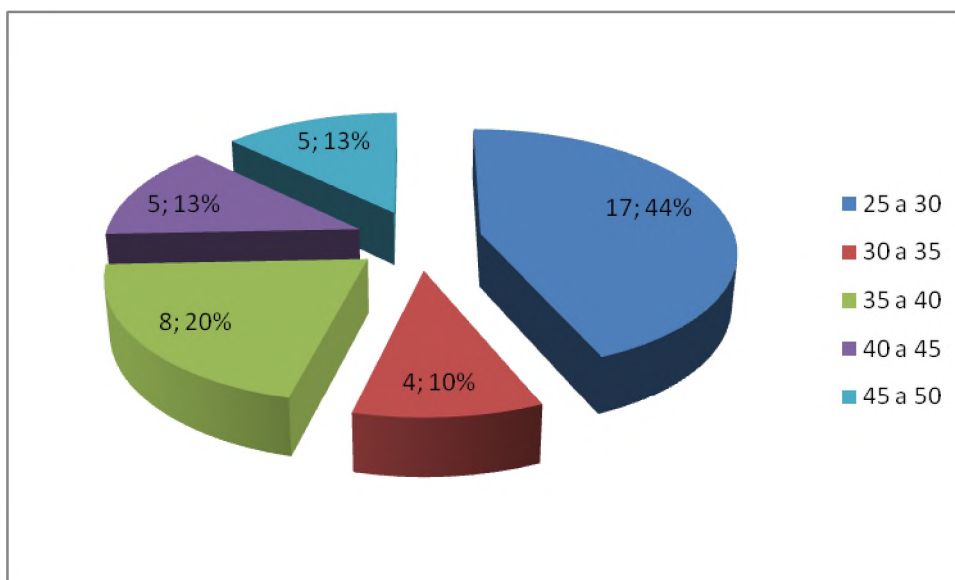
Os policiais que compõem as equipes de policiamento escolar da 1ª RPM, é formada por Cabos (19) e Soldados (20) com menos de 10 anos de serviço, formação superior (alguns ainda cursando) e na faixa etária de 25 a 30 anos, ou seja, um grupo de policiais relativamente jovem.

Gráfico 1 – Percentual de policiais militares da patrulha escolar por tempo de serviço na PMMG em 2012



Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

Gráfico 2 – Percentual de policiais militares da patrulha escolar por idade - 2012



Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

Este aumento na participação de policiais mais jovens na atividade pode ser visto como natural, devido à renovação de efetivo. O ponto positivo para o policiamento escolar, é que por ser mais jovem terá mais proximidade a cultura e a própria linguagem dos alunos, principal público por ele atendido. O que de certa forma facilita a interação e

conseqüentemente melhora a prevenção criminal nos educandários. Conforme ressaltam Debarbieux, e. Blaya (2002) é importante que exista uma aproximação cultural da escola com os jovens. No mesmo sentido, Rua (2002) chama a atenção para que exista “uma distancia cultural entre professores e alunos” o que por analogia também pode ocorrer com os policiais se houver um choque de gerações. Contudo Bayley e Skolnick(2006) afirmam que:

“O policiamento comunitário exige uma interação efetiva entre policiais e cidadãos comuns. Isso implica uma capacidade de enxergar o mundo através dos olhos de outro, de desenvolver uma perspectiva mais ampla, e habilidade de julgamento e comunicação.”(Bayley e Skolnick 2006 p. 74)

Com isto os autores querem reforçar que o fator idade/tempo de serviço pode ser uma importante variável a interferir na qualidade do atendimento. Isto pode acontecer por diversas razões, uma delas, por exemplo, seria a falta de maturidade emocional. Esta competência provavelmente esta presente nos policiais mais velhos e menos presente nos mais jovens.

5.1.3.1 Quanto à formação profissional dos policiais

A formação escolar é em media o curso superior incompleto e a formação profissional restringe-se a formação policial básica, em sua maioria, pois poucos, apenas 10% participaram de cursos específicos para atuar no policiamento escolar. Contudo mais da metade, 63% recebeu algum tipo de treinamento, cursos na área de polícia comunitária.

A qualificação pessoal e profissional é desejável para a execução do serviço. E não deixa de ser um fator importante que influencia não só nos resultados, mas de certa forma na atividade como um todo. Neste sentido, pois conforme verifica-se na Diretriz que trata do policiamento comunitário:

O exercício da Polícia Comunitária exige uma abordagem plenamente integrada, envolvendo toda a organização. É fundamental a atualização e o aprimoramento de seus cursos e respectivos currículos, bem como de todos os seus quadros de pessoal, materializando um projeto de mudanças para 10 ou 15 anos.”(Minas Gerais 2011,p)

Assim a qualificação apresenta-se como um elemento crucial para o processo de implantação, pois tem o poder de padronizar e nivelar o conhecimento entre os membros das equipes de policiamento escolar e outros.

5.1.3.2 Com relação a região em que trabalham

Mais da metade dos policiais militares consultados acreditam que a região que trabalha é violenta ou tende a ser. Principalmente, devido às questões socioculturais da localidade que facilitam a atuação do tráfico de drogas, e em decorrência deste, roubo e homicídios, principalmente, envolvendo o público jovem. Destes, 30% acreditam que apesar da violência, os trabalhos preventivos têm surtido efeito na redução do número de casos absolutos, mantendo a violência em níveis aceitáveis.

Observa-se que estas afirmações são frutos da percepção dos policiais. Portanto, pode ser diferente se o policial estiver trabalhando fixo numa região e não de forma itinerante. Conforme prevê o critério da descentralização apresentado por .”(Bayley e Skolnick 2006 p. 74) que asseguram que na descentralização de comando o policial aproxima-se o máximo possível do seu público, ao cuidar de uma extensão territorial e, por isso, conhece melhor e com mais propriedade todos os problemas da localidade.

5.1.3.3 Quanto ao número de acionamentos para atuar em situações de violência nas escolas da região onde trabalham,

Quase 80% dos policiais militares acionados para atendimento nas relatam que o acionamento é constante, existe os casos de violência, mas quase sempre as questões são ligadas a indisciplina e agressões verbais, como observa-se nos relatos dos policiais militares pesquisados:

[...]“quase que diariamente, sendo que em quase a totalidade das vezes não há uma violência física, mas sim verbal, devido a falta de respeito de algum aluno pra com outro aluno ou principalmente com um professor.”(Questionário E 1 2012)
“[...]sou acionado constantemente pelas direções de diversas escolas, quando vamos os fatos são apurados por pratica de atos infracionais acionamos os órgãos competentes e falta de estrutura familiar e social.” (Questionário E 3 2012)

Tabela 1 Natureza das ocorrências registras nos educandários consideradas de caráter violento Belo Horizonte/MG 2012

NATUREZA DAS OCORRÊNCIAS	NR	%
USO E CONSUMO DE DROGAS	45	1,26%
ROUBO	26	0,73%
TRAFICO ILICITO DE DROGAS	15	0,42%
PORTE ILEGAL DE ARMA BRANCA	15	0,42%
PORTE ILEGAL ARMA DE FOGO/AMUNIÇÃO DE USO PERMITIDO	7	0,20%
DISPARO DE ARMA DE FOGO/ACIONAM DE MUNICAO	3	0,08%
ESTUPRO DE VULNERAVEL	3	0,08%
ESTUPRO	3	0,08%
POSSE/PORTE ILEGAL ARMA FOGO/MUNIC/USO PROIB/RESTRITO	2	0,06%
IMPORTUNACAO OFENSIVA AO PUDOR	2	0,06%
POSSUI/FABRICA/EMPREGA ARTEFATO EXPLOSIVO/INCENDIARIO	2	0,06%
TRAFICO ILICITO MATERIAS PRIMAS USO PREPARO DROGAS	1	0,03%
POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO	1	0,03%
TOTAL	125	3,51%

Fonte: Seção de Estatística/Geoprocessamento - 1ªRPM

Ao comparar estes depoimentos com o depoimento dos educadores verificou-se que há um equilíbrio nos acionamentos. Mas ainda ocorrem muitos acionamentos para atendimento em fatos que poderiam ser resolvidos pela própria escola. Isto revela que apesar de não estar ocorrendo crimes, existe uma sensação de medo que impera. E acaba por onerar ainda mais o serviço e influir diretamente no resultado do programa com números que podem não expressar a realidade do local. Neste sentido, conforme verificou-se na seção 3, Saporì (2007) afirma que a eficiência de uma política pública de segurança pública está diretamente ligada a redução do número de crimes e conseqüentemente do medo do crime.

5.1.3.4 Quanto ao conhecimento das normas e do funcionamento do Policiamento Escolar

Todos militares pesquisados disseram ter, um entendimento parcial, do serviço executado pelo policiamento escolar, como sendo parte de uma programa maior. Neste caso, o policial relata que conhece por vivência, mas não teve oportunidade de participar de nenhum curso

[...] desde no final de 2011 a patrulha escolar tem participado de vários encontros com os integrantes do CPC nos orientam e convidam

palestrantes sobre atuar em escolas com o objetivo de melhorar a qualidade do serviços prestados. (nivelamento escolar)[...] (Questionario E 3 2012)

Esta situação aponta para fragilidades na execução a partir do acesso a este conhecimento [...] Conheço o padrão de trabalho da patrulha escolar pois já trabalhei nesse serviço em três batalhões diferentes, porem nunca tive acesso a materiais especificos. (Questionário E 5 2012)., o que indica que pode não ter havido uma preparação (curso preparatório) satisfatória para os policiais que iniciam na atividade. O que pode comprometer a qualidade do serviço e o desempenho do programa.

5.1.3.5 Percepção dos executores sobre o Policiamento Escolar,

Todos policiais militares participantes do policiamento escolar, que se dispusera a responder a pesquisa, concordam e acreditam na efetividade do projeto que desenvolvido pela 1ªRPM. Boa parte dos militares concorda que o policiamento escolar traz benefícios diretos para prevenção primaria⁷ contribuindo efetivamente para redução dos delitos na região onde atua, alguns dos relatos resumem muito bem esta confiança e credibilidade que depositam no trabalho que estão realizado

“[...] é um bom programa. Seu beneficio maior é que aproxima a PM/ O policial, do ambiente escolar, possibilitando assim, descobrir quais os reais problemas, necessidades e carências desta parcela da sociedade que é tão importante como formadores de opinião (alunos do ensino médio e professores), além disso, permite que tanto docentes e discentes sejam orientados sobre as funções reais da Polícia Militar e possibilitando assim uma melhora na imagem institucional (Questionário E 2 2012))

“[...] Porque este programa é voltado para a prevenção escolar em que é realizado por militares que tem contato direto com os alunos, professores e funcionários dos educandários, logo, através destes contatos, os militares ganham confiabilidade desses públicos adquirindo informações preciosas que irá ajudar a realizar a prevenção a violência e ao tráfico de drogas e porte de armas que possa ocorrer no educandário e na região onde se localiza a escola”. .”(Questionário E 7 2012)

Contudo alguns relatam que ainda encontra muita dificuldade para desenvolver as suas atividades principalmente por falta de apoio de alguns comandantes de companhia operacionais, que ainda não conseguira enxergar a importância do projeto para a prevenção criminal.

Neste sentido, Rua (2011) afirma que frequentemente, os agentes públicos responsáveis pela formulação das políticas ignoram que existem outros atores capacitados

⁷ As primeiras ações são feitas diretamente nas áreas de maior incidência criminal, fazendo intervenções antes que o crime aconteça. São realizadas campanhas educativas; formação qualificada; estímulo a iniciativas comunitárias e a práticas pessoais preventivas contra a violência; atividades coletivas de cidadania, esporte e cultura; ocupação dos espaços ociosos; atendimento ao público; propostas de educação e socialização.

e comprometidos com a realização de uma política. Normalmente, os agentes decidem supondo que a política será implementada automaticamente, ignorando que a implementação é um momento diferente da formulação e, até certo, ponto com algum grau de autonomia. Eles agem como se o sucesso de uma política pública fosse apenas uma questão de os executores fazerem o que deve ser feito para implementar a política, sem dar o devido apoio e acompanhamento.

Rua (2011) complementa que em virtude disto pode uma política pública pode simplesmente “[...] não chegar a ser implementada, seja pela reação de interesses contrariados, seja por reação ou omissão dos agentes públicos envolvidos, seja por reação ou omissão até mesmo dos possíveis beneficiários.”

5.1.3.6 Forma de ingresso dos policiais na atividade de policiamento escolar

Ao questionamento de como ingressou na equipe do Policiamento Escolar, verifica-se que não houve a observância do que prescreve a Instrução nº 3.03.09/ 2011 pois em sua grande maioria 95% dos militares ingressaram no programa por indicação do comando de Cia para completar o quadro, a maioria não foi voluntario para o serviço e nem passou por um processo de seleção, contudo todos dizem que após conhecer a atividade, depois de um período de adaptação acabaram por gostar e hoje estão trabalhando no policiamento escolar porque se identificaram com a atividade, gostam do fazem e estão motivados a continuar

“A patrulha escolar é considerada um serviço ruim. aparentemente, os militares não integram a patrulha escolar voluntariamente. assim, quando cheguei a unidade a vaga disponível para mim, por estar no final da linha de antiguidade, foi na patrulha escolar. todavia, me adaptei imediatamente ao serviço e percebi que se tratava de uma demanda de extrema importância. pude perceber que muitas crianças orientadas por mim estão no caminho da cidadania. não penso que seja exclusivamente por causa do trabalho da patrulha escolar, mas temos participação nesse processo.” (Questionario E 5 2012)

Verifica-se que apesar da maioria dos policiais ter ingressado na atividade por indicação do comando ou para cumprir escala, a maioria se identificou com a atividade e continua trabalhando no policiamento escolar por opção, por gostar e acreditar naquilo que faz.

5.1.3.7 Quanto aos resultados do Policiamento escolar

As respostas foram otimistas e demonstram o interesse e vontade do grupo para que o serviço de o resultado esperado, como se pode observar na resposta a seguir:

“Este programa já surtiu efeitos graças ao empenho de cada militar pertencente ao policiamento escolar, mesmo sem ter uma qualificação fornecida aos militares pertencentes a este programa. Pois, todos os militares no qual tenho contato que pertence ao policiamento escolar, estão neste programa porque gostam e buscam por conta própria se atualizarem e qualificarem para assim, poder fornecer um serviço de qualidade para o público escolar. Este efeito é visível pois não se vê com frequência noticiários de violência nas escolas da cidade de Belo Horizonte, em especial, na região do Barreiro. Este dado se dá graças ao trabalho dos militares que realizam policiamento preventivo nos educandários e que são conhecidos na comunidade escolar”. (Questionário E 5 2012)

Neste ponto, as respostas foram homogêneas e todos policiais mostraram-se comprometidos com a atividade por gostarem e acreditarem que o trabalho por eles desenvolvido pode trazer frutos para a comunidade como um todo, mas principalmente para os jovens. Assim, segundo Hogwood e Gunn citado por Saraviesa & Ferrarezi (2007, p. 34), as políticas públicas sofrem influências das circunstâncias externas aos agentes planejadores e implementador, as quais tornarão possíveis ou não a implementação. Assim, havendo certo grau de otimismo por parte dos formuladores, com relação objetivos e tarefas; comunicação; coordenação e obediência nestas circunstâncias o programa estará caminhado para se concretizar conforme desenhado.

5.1.3.8 Quanto às dificuldades que a equipe encontra

Verifica-se que não existe uma unanimidade neste quesito pois cada Cia PM tem suas peculiaridades o que observa-se de comum entre quase todas equipes era a questão das viaturas⁸ para o serviço, ruins e constantemente fora de operação devido a problema mecânicos recorrentes. Também é relativamente comum entre os membros da equipe a visão de que os demais militares não entendem o serviço do policiamento escolar como sendo um serviço “não muito operacional” que na linguagem policial seria um serviço dispensável que pode ser executado por qualquer um, pois não teria riscos que oferecem um serviço como o radio patrulhamento.

⁸ O problema com as viaturas foi resolvido recentemente (Jan/2012) com aquisição de novas viaturas através de convenio com a secretaria de educação

Reclama-se também dos constantes remanejamentos de escalas para outras atividades diferentes do escolar e em algumas unidades o fato de o serviço ser executado por apenas um militar. Estas dificuldades relatadas pelo militares, segundo Mokate (2002) podem comprometer a eficiência da política pública que esta sendo implementada pois “Nem todos os custos diretamente corresponde a uma expressão em unidades monetárias”, ou seja não é somente recurso financeiro que resolve, um sacrifício a mais diariamente para executar a atividade, a falta de um recurso, a perda de tempo tudo isto, mesmo que intangível, vai impactar negativamente no resultado final.

5.1.3.9 Rotina de trabalho

Existe certa homogeneidade na execução do serviço, os turnos são de oito horas de serviço diário, de segunda-feira a sexta-feira, fazem atendimento quando acionados, via 190 ou mesmo no telefone particular (de acordo com o grau de interação com a escola alguns fornecem o telefone particular para acionamentos).

Quando não há acionamentos eles procuram cumprir uma rotina de visitas, principalmente nas escolas mais problemáticas, que possuem maior número de registros ou encontra-se nas áreas de maior risco social. Nestas visitas chamadas de visitas tranquilizadoras fazem contato a direção, docentes, *funcionários e alunos, principalmente aqueles que estiveram envolvidos em ocorrências de violência.*

“Eu e minha equipe temos uma rotina diferente do policiamento das viaturas de área lançadas diariamente, pois, enquanto estas viaturas aguardam o empenho do Copom para atenderem às ocorrências ou outras atividades, nós, do policiamento escolar realizamos o patrulhamento preventivo e visitas nas escolas. O número de escolas visitadas diariamente varia, podendo ser atendida várias escolas em um dia, ou dependendo do empenho, apenas uma, exemplo: quando há algum chamado em algum educandário ou quando realizamos palestras com o público escolar, pode ser que o atendimento ou palestra a este estabelecimento de ensino demore. Logo, a equipe em que eu trabalho, procuramos manter a qualidade no serviço prestado através dessas ações citadas.” (Questionário E 5 2012)

Neste sentido, a partir do posicionamento descrito acima, percebe-se que os militares da Patrulha Escolar consideram que a jornada é árdua em alguns momentos, devido à necessidade, muitas vezes de se envolver mais diretamente como os problemas encontrados. O que fatalmente obriga a trabalhar fora do horário previsto, participando de reuniões, encontros, seminários e outras atividades para a qual tenha sido convidado ou escalado para participar em decorrência do serviço. Neste quesito aplica-se o comentário

anterior onde Mokate (2002) relata o comprometimento da ação com este desgastes na base, com os implementadores.

5.1.3.10 Quanto à satisfação do público atendido

Ao questionamento se considera que na sua área de atuação a comunidade (escolar) atendida está satisfeita com os resultados do seu trabalho, 69% dos militares disseram que acreditam que sim, que as pessoas estão satisfeitas com a atuação do policiamento escolar, pelo menos naqueles locais que conseguem manter uma rotina de visitas mais regular.

“A comunidade escolar (dissentes e docentes), de um modo geral, está satisfeita com o trabalho. é evidente que num universo de mais de 25 escolas, nem todas são atendidas igualmente, haja vista os recursos escassos. todavia, entendo que o atendimento é realizado satisfatoriamente. os pais de alunos, que também compõe a comunidade escolar, provavelmente não estão satisfeitos com o trabalho, tendo em vista que não participam, em regra, da vida escolar de seus filhos e, por conseguinte, não devem conhecer o trabalho.” (Questionário E 5 2012)

Reconhecem que dificilmente será possível obter 100% de aprovação, em parte porque algumas escolas esperam muito mais do que é oferecido pela patrulha escolar, conforme revela um dos policiais a expectativa da comunidade, normalmente, vai além da competência dos militares, muitos esperam que a Patrulha Escolar resolva problemas de disciplina dos alunos, mas de um modo geral os educandários e a comunidade escolar estão satisfeitos com o serviço desempenhado pela patrulha escolar.

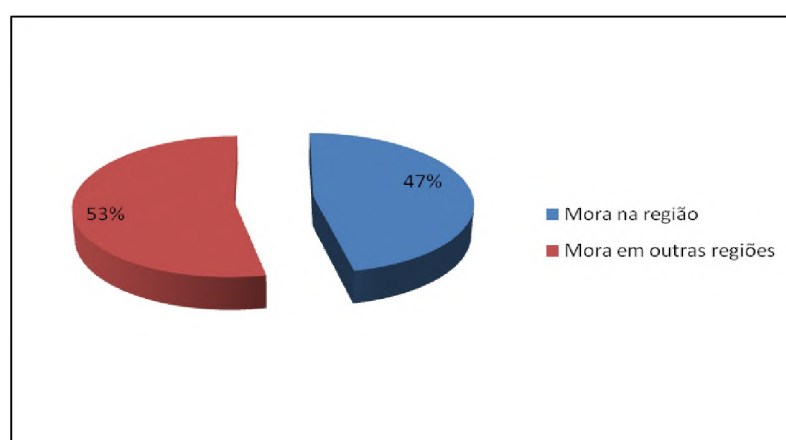
“Sabemos que é impossível acabar com a criminalidade, porém, é possível prevenir e coibir a violência e a criminalidade escolar. Tal fato nos é relatado pelos gestores dos educandários, funcionários e alunos, que nos relatam que com a presença policial e o diálogo que mantemos com o público escolar, possibilita atuar de forma preventiva e nos garante proporcionar através de denúncias relatadas por estes públicos, segurança no ambiente escolar, logo, aumentando a sensação de segurança para esse público que nos dão um retorno positivo sobre a atuação do policiamento.” (Questionário E 5 2012)

Ressaltam que quando parte da equipe está de férias ou o atendimento é feito por equipes do policiamento rotineiro as escolas sempre reclamam que o atendimento não foi tão bom como o atendimento das equipes do escolar, que frequentemente recebem demonstrações de confiança no serviço que é enaltecido pelos funcionários das escolas e por pais de alunos.

5.1.4 Percepção dos educadores sobre a atividade do Policiamento escolar

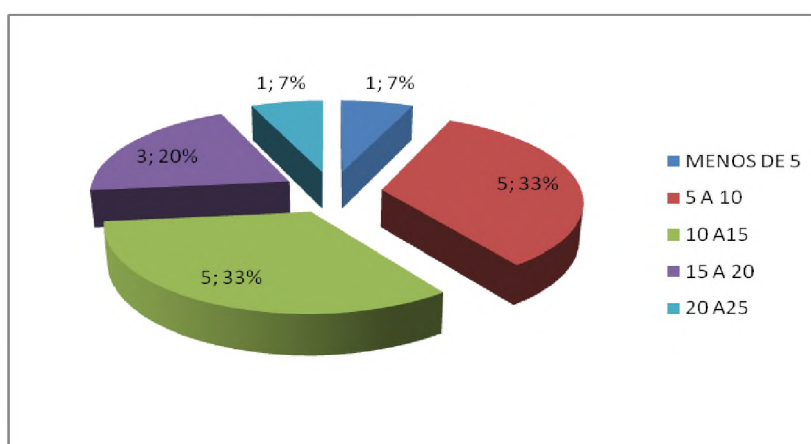
O grupo de educadores⁹ pesquisado apresenta um perfil relativamente homogêneo com idade entre 35 a 45 anos, formação superior (67%), pouco mais da metade mora na mesma região em que esta localizada a escola na qual estão trabalhando. Sendo que o mesmo percentual se aplica ao tempo que estão trabalhando na mesma escola, em media 15 anos.

Gráfico 3 – Percentual de educadores que trabalha e moram na mesma região em que escola esta localizada – Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012



Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

Gráfico 4 – Percentual de tempo (anos) que os educadores trabalham na mesma escola Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012



Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

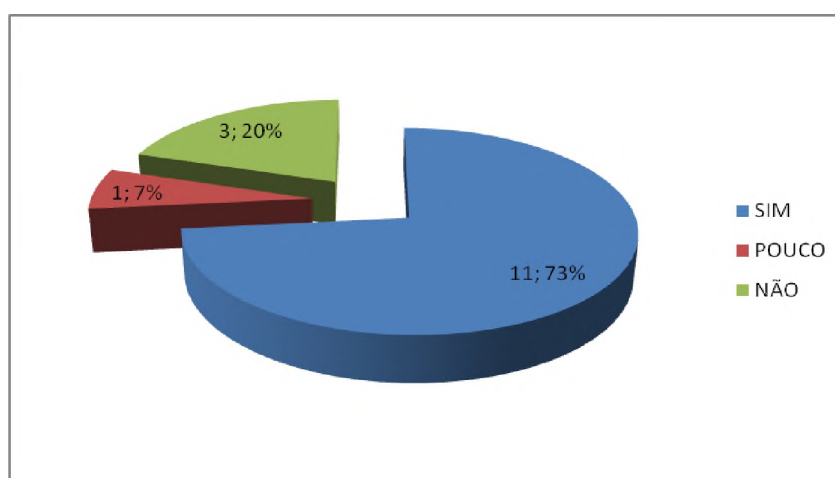
⁹ O grupo de educadores foi composto por diretores, vice-diretores, professores e funcionários de escolas localizadas da região de Venda Nova, sob responsabilidade do 49º BPM, que receberam atendimento pela patrulha escolar no período avaliado, num total de 15(quinze) pessoas entrevistadas.

A importância da relação entre o local de moradia e o tempo de serviço na é um importante indicador de vinculação do docente com a região e com a escola, pois pode influenciar na sua maneira de perceber a realidade do local. .

5.1.4 1 Percepção dos educadores sobre a violência na comunidade onde a escola está inserida

A maioria dos docentes das escolas pesquisadas na região de Venda Nova, num total de 11(onze) pessoas, o que representam 73% do total de entrevistados, acreditam que a comunidade onde as escolas estão inseridas é violenta principalmente devido a vulnerabilidade social, da região, que carece de infra estrutura e opções de lazer e cultura para os jovens, o que contribui para o do trafico de drogas, que foi o fator mais relatado pelos docentes.

Gráfico 5 – Percentual de educadores que acreditam que a região em que a escola esta localizada é uma região violenta– Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012

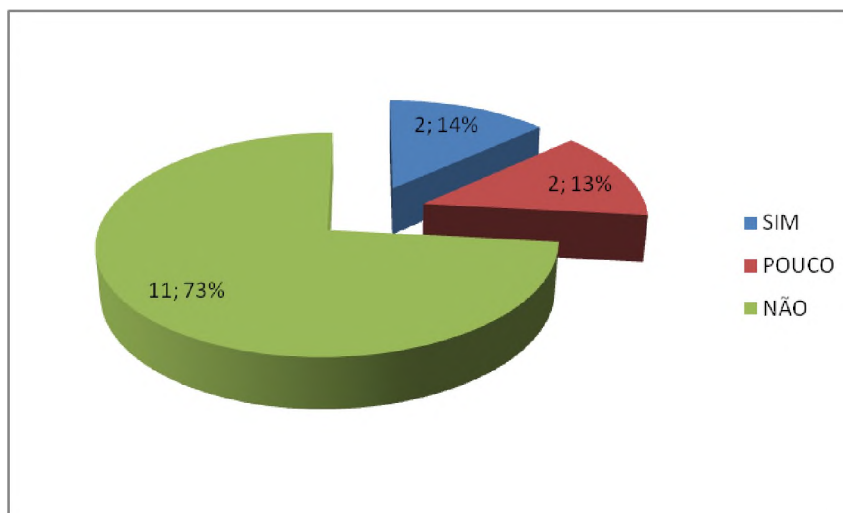


Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

5.1.4 2 Percepção dos educadores sobre a violência na escola

O mesmo percentual que acredita que a comunidade é violenta atribui valores diferentes para as escolas, onde 73%, o mesmo número de pessoas 11(onze), que acreditam que a região é violenta, não acreditam que as escolas sejam violentas. Acreditam que existe influencia da região no comportamento dos alunos, mas os problemas são corriqueiros e são resolvidos internamente, em apenas alguns poucos casos que necessitaram de intervenção da polícia.

Gráfico 6 – Percentual de educadores que acreditam que a escola em que trabalham é uma escola violenta– Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012



Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

5.1.4.3 Percepção dos educadores sobre perfil dos alunos

Alguns docentes relataram que existe um tratamento desrespeitoso por parte de alguns alunos, mas a maioria acha os alunos são carentes, com alguns problemas pessoais devido ao histórico de vida familiar conturbada, mas no geral são bons alunos, tranquilos e procuram ser respeitosos no trato com os professores. Ratificando que os problemas ocorridos são contornados e resolvidos na própria escola.

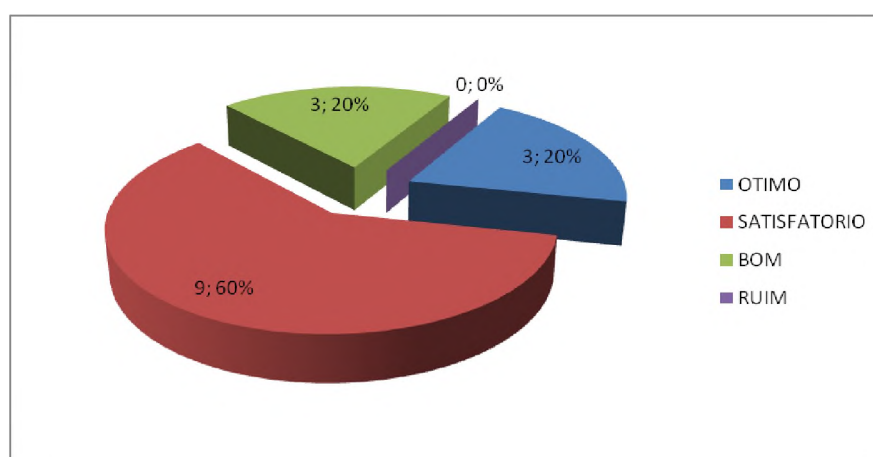
5.1.4.4 Frequência de acionamento da polícia pelos educadores da escola e os motivos destes acionamentos

Neste sentido relatam que há poucos acionamentos por parte da escola para que haja presença da PM na escola, pois conforme foi dito anteriormente os problemas com alunos são resolvidos, internamente e o acionamento da PM só ocorrem situações que fujam do controle dos educadores e da direção, como agressões e delitos como depredações ameaças e outros, mas os casos não são raros e geralmente acontecem fora da escola. Os motivos que mais levaram os educadores a acionar a polícia nos últimos anos foram as agressões físicas, ameaças, furto e danos ao patrimônio da escola.

5.1.4.5 Percepção dos educadores sobre o atendimento realizado pela polícia militar e quem realizou o atendimento.

Os educadores disseram que a única reclamação é quanto a demora no atendimento, em alguns casos, mas os policiais são sempre atenciosos e prestativos, ou seja, o atendimento é satisfatório. As vezes que os atendimentos deixaram a desejar foram quando realizado pelo policiamento convencional, mas na maioria das vezes quem atendeu foi a patrulha escolar

Gráfico 7 – Percentual satisfação dos educadores, atendidos pela patrulha escolar na região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012



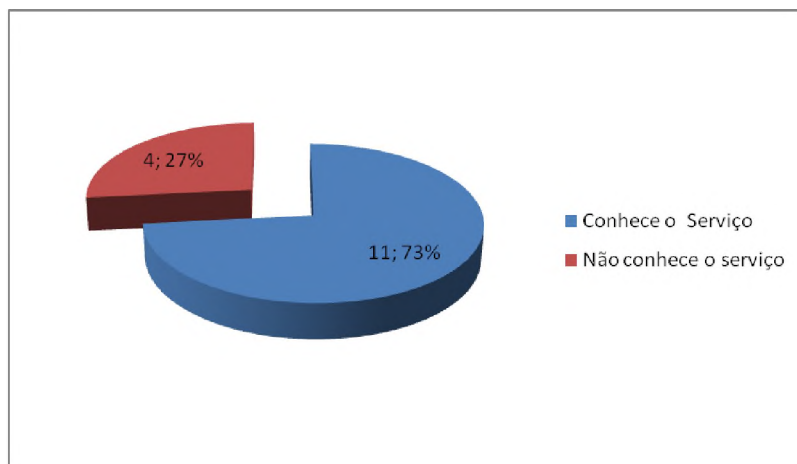
Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

Verificou-se que o índice de satisfação com o serviço de policiamento escolar é satisfatório sendo que 80% dos educadores ouvidos consideram o serviço ótimo ou muito bom, com relação ao atendimento dos policiais, o que se refere a cortesia no atendimento desprendimento para resolver as situações apresentadas e interesse pelos problemas da escola, contudo a maioria alega que é necessário que os policiais se envolvam mais em atividade de caráter preventivo como palestras e seminários para os alunos

5.1.4.6 Conhecimento por parte dos educadores sobre o funcionamento do Programa de Policiamento Escolar.

Cerca de 70% dos educadores alega conhecer o programa através de relato dos próprios policiais quando da realização de palestras e reuniões na escola e de e acreditar no seu resultado, mas acredita que deveria haver maior participação das equipes do escolar em palestras e eventos preventivos.

Gráfico 8 – Percentual de educadores que conhece o serviço desenvolvido pela patrulha escolar. Região de Venda Nova - Belo Horizonte/MG 2012



Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

Observa-se que existe uma parcela significativa dos 15(quinze) entrevistados, 11(onze) educadores, ou seja, 73% dizem conhecer como se desenvolve a dinâmica do serviço de policiamento escolar, ao ponto do grupo entender que existe a necessidade do policiamento escolar focar mais nas atividades de prevenção, estar mais presente no dia a dia da escola com palestras e programas que visem a orientação dos alunos.

Analisado os dados referentes a visão e conhecimento dos atores envolvidos na atividade de policiamento escolar, na próxima subseção passam-se a interpretação destes dados no cenário a inclusão de dados estatísticos relativos as ocorrências em educandários.

5.2 Interpretações dos dados

Nesta subseção buscou-se analisar os resultados da atuação do policiamento escolar, através dos registros dos fatos ocorridos nos educandários, frente ao arcabouço teórico apresentado na seção 3. Assim como base nos dados obtidos através da seção de inteligência e da seção de geoprocessamento e estatística da 1ªRPM. Pretende-se identificar e analisar elementos relevantes sobre a atuação do policiamento escolar na 1ª RPM, que possam avaliar a sua condição como uma ação preventiva da política pública estadual desenvolvida pela PMMG, para segurança nas escolas.

5.2.1 Análise Criminal em educandários da 1ªRPM

Este tópico apresenta e faz a exposição de informações relevantes a cerca dos registros de delitos no ambiente escolar, de forma complementar as informações obtidas através da pesquisa de campo aplicada aos policiais militares executores da atividade.

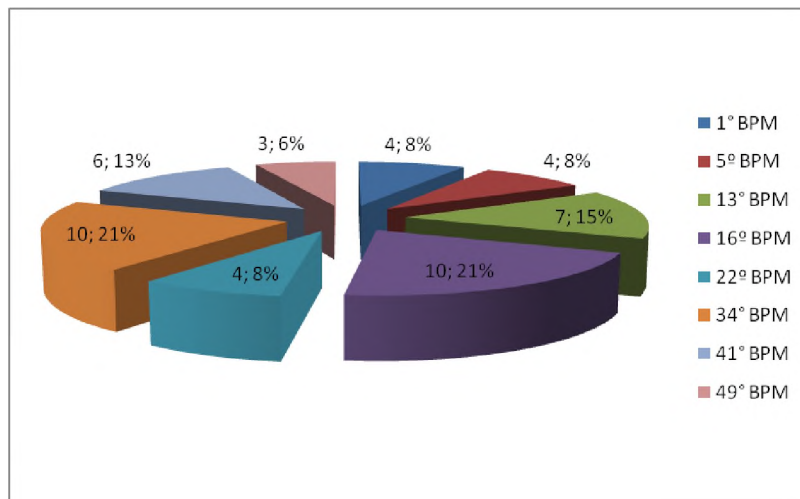
A 1ªRPM, por representar a área da capital do estado, é uma das regiões que possui uma das maiores concentrações de estabelecimentos de ensino, com mais de 400.000 alunos, que incluindo os cursos profissionalizantes e escolas de ensino infantil, totalizam 1444 instituições (QUA 1) formalmente registradas, que estão distribuídos em oito unidades operacionais Batalhões de Polícia Militar –BPM, onde estão distribuídos e alocados, conforme a demanda de cada unidade, o efetivo da patrulha escolar, sendo esta distribuição representada no GRA 09.

QUADRO 1 Educandários registrados e catalogados pela 1ª Região de Polícia Militar – 1ªRPM, no município de Belo Horizonte/MG

TOTAL DE EDUCANDÁRIOS REGISTRADOS/CATALOGADOS POR TIPO	
<i>Tipo/Instituição</i>	<i>Quantidade</i>
Associação	13
Creche	128
Creche Municipal	1
Deficiente Visual	1
Estadual (primários ao médio)	243
Faculdades (Part. Estad. e Federal)	73
Jardim Estadual	1
Jardim Infância particular	363
Jardim Municipal – UMEI	60
Municipal (primários ao médio)	188
Profissional	54
Religioso (Faculdades)	6
Supletivo	2
Técnico (Federal e Particular)	5
Escolas de Primário ao médio particular	303
Assistência Social	4
Pré- Vestibulares (não catalogados)	0
Total	1.444

Fonte: Seção de Inteligência 1ªRPM

Gráfico 9 – Percentual de policiais militares que atuam na patrulha escolar na 1ª RPM
Belo Horizonte/MG 2012



Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo

No gráfico acima é possível verificar que o efetivo máximo disponibilizado para execução do policiamento escolar é em média de 2 dois militares por Cia PM (cada batalhão tem 2 ou 4 companhias operacional de polícia), sendo que em algumas unidades existe apenas um militar por Cia, o que confirma uma das dificuldades relatadas pelos executores que é o efetivo disponível para os serviço.

Outra dificuldade relatada pelos militares, sobre a execução do serviço, trata da questão logística, uma vez que dos recursos previstos no item 7.4 da instrução Nº 3.03.09/2011-CG, exceto os equipamentos de uso individual e do armamento o único recurso disponível exclusivamente para a patrulha escolar e uma viatura para cada Cia PM, adquiria através de convenio com a secretaria de educação

[...]A execução da atividade requer a utilização de veículo adequado equipado com rádio e giroflex. Quanto à identificação, a viatura deve estar caracterizada com a inscrição **PATRULHA ESCOLAR**, em conformidade com padrões a serem estabelecidos pela Diretoria de Apoio Logístico, no Manual de Gerenciamento da Frota da PMMG. A equipe deverá dispor de rádio portátil (HT) em boas condições de uso. **7.4.4 Kit de Treinamento Escolar** A patrulha escolar deverá ser equipada com um notebook, projetor de multimídia, tela de projeção e caixa amplificadora de som (MINAS GERAIS, 2011)

Apesar destas dificuldades de efetivo e de logística os números indicam que o serviço desempenhado pelas equipes vem dando resultados, conforme observa-se na TAB 3 que as ocorrências diminuíram em média 25% no período analisado

Tabela 2 Criminalidade geral nos educandários, por natureza de ocorrências na 1ª RPM, no ano de 2012 Belo Horizonte /MG

<i>Natureza</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
FURTO	1165	32,50%
DANO	458	12,78%
OUTROS INFRACOES C/ A PESSOA (DISCRIMINAR NO HISTORICO)	271	7,56%
VIAS DE FATO / AGRESSAO	251	7,00%
AMEACA	224	6,25%
PICHAR, GRAFITAR OU CONSPURCAR EDIF/MONUMENTO URBANO	213	5,94%
OUTRAS INFRACOES CONTRA O PATRIMONIO	119	3,32%
LESAO CORPORAL	87	2,43%
ATRITO VERBAL	85	2,37%
ARREMESSO OU COLOCACAO PERIGOSA	76	2,12%
EXTRAVIO DE DOCUMENTOS	64	1,79%
OUTRAS INFRACOES CONTIDAS EM LEI EXTRAVAGANTE	53	1,48%
USO E CONSUMO DE DROGAS	45	1,26%
DESACATO	44	1,23%
OUTRAS ACOES DE DEFESA SOCIAL	29	0,81%
ROUBO	26	0,73%
EXTRAVIO DE OBJETOS PESSOAIS	24	0,67%
OUTRA INFRACAO REF. SUSTANCIAS ENTORPECENTES	24	0,67%
FURTO DE COISA COMUM	20	0,56%
OUTRAS OCORRENCIA DE TRANSITO	16	0,45%
OUTRAS INFRACOES C/A INCOLUMIDADE/PAZ PÚBLICA	16	0,45%
PERTURBACAO DO TRABALHO OU DO SOSSEGO ALHEIOS	16	0,45%
TRAFICO ILICITO DE DROGAS	15	0,42%
PORTE ILEGAL DE ARMA BRANCA	15	0,42%
VISITA TRANQUILIZADORA / POS-SINISTRO	15	0,42%
OUTRAS OCORRÊNCIAS	214	5,92%
TOTAL	3585	100,00%

Fonte: Seção de Estatística/Geoprocessamento - 1ªRPM

A TAB 2 revela que o maior número de ocorrências esta relacionada a pequenos furtos e danos contra o patrimônio da escola, sendo que menos de 5% das ocorrências registradas no ano de 2012 estão relacionadas com os crimes tidos como violentos ou contra a pessoa (roubo, trafico de drogas e porte arma) o que confirma a visão dos educadores sobre as escolas(a maioria 73% acreditam que a escola não é violenta). Na mesma tabela também é possível verificar o baixo número de registro de eventos de natureza preventivos que são as visitas tranquilizadoras, o que não chega a ser um indicio que estas ações não ocorram por que em sua grande maioria ocorrem de maneira rotineira e nem sempre são gerados os respectivos registro no sistema REDS

Tabela - 3 Percentual de aumento e redução da criminalidade nos educandários, na 1ª RPM, comparativo dos anos de 2011/2012 Belo Horizonte /MG

MÊS	2011	2012	VAR%
JANEIRO	71	73	2,8
FEVEREIRO	163	87	-46,6
MARÇO	162	112	-30,9
ABRIL	180	113	-37,2
MAIO	239	145	-39,3
JUNHO	201	132	-34,3
JULHO	101	92	-8,9
AGOSTO	140	132	-5,7
SETEMBRO	150	127	-15,3
OUTUBRO	139	110	-20,9
NOVEMBRO	133	84	-36,8
DEZEMBRO	89	88	-1,1
TOTAL	1768	1295	-26,8

Fonte: Seção de Estatística/Geoprocessamento - 1ªRPM

Na TAB 3 observar-se que apesar dos poucos recursos e carência de treinamento específico para o desenvolvimento da atividade de policiamento escolar o desempenho das equipes esta sendo satisfatório tendo como resultado uma queda de 26,8% de crimes registrados, no período analisado, o que pode ser um indicativo de que a política pública adotada esta produzindo resultados.

Tabela - 4 Percentual, que geram ambiente de insegurança na escola 2012 B Hte /MG

Natureza da ocorrências	Nr	%
FURTO	1165	32,50%
DANO	458	12,78%
OUTROS INFRACOES C/ A PESSOA (DISCRIMINAR NO HISTORICO)	271	7,56%
VIAS DE FATO / AGRESSAO	251	7,00%
AMEACA	224	6,25%
PICHAR, GRAFITAR OU CONSPURCAR EDIF/MONUMENTO URBANO	213	5,94%
OUTRAS INFRACOES CONTRA O PATRIMONIO	119	3,32%
LESAO CORPORAL	87	2,43%
ATRITO VERBAL	85	2,37%
ARREMESSO OU COLOCACAO PERIGOSA	76	2,12%
TOTAL	2.949	82,27%

Fonte: Seção inteligência 1ªRPM

Comparando os dados totais das TAB 2 e TAB 3 observa-se que o que foi relatado pelos militares pesquisados, o número de registro de ocorrências de natureza violenta representam de menos de 5%, mais precisamente 3,51% das ocorrências atendidas

no período de 2011 e 2012 se refere a fatos de caráter violento. Ou seja, não são ocorrências graves e podem ser tratadas como atividades preventivas. Os quais segundo Gottfredson (1997), citado por Rolim(2006 p.136), os programas de prevenção na escola incluem intervenções destinadas a prevenir problemas como casos de furto, violência, agressões, uso de álcool e outras drogas, comportamento anti-social, desafio à autoridade e desrespeito aos demais. Isto porque estes comportamentos têm causas comuns e interferem diretamente no próprio desempenho escolar, portanto devem ser tratados.

5.2.2 Avaliação quanto à eficácia e eficiência do Policiamento Escolar

Para Mokate(2002), de forma resumida pode-se dizer que a eficácia refere-se ao grau que determinado projeto atingiu seu objetivos em um período de tempo, com a qualidade desejada independente dos seus custos, já a eficiência seria a relação entre resultados e recursos disponíveis, a maneira como se faz, a capacidade de alcançar os resultados desejados com melhores meios e menores custos.

Assim pelos resultados apresentados até o momento verifica-se que a 1ªRPM, apesar das dificuldades apresentadas vem conseguindo cumprir o que foi proposto pelo programa Polícia para a cidadania, no que tange o componente “Prevenção a violência escolar”, um dos cinco componentes da estratégia da PMMG, que em conjunto com os demais componentes do programa pretende-se atingir que é “Proporcionar um ambiente seguro em Minas Gerais, por meio da participação social e gestão em rede, protegendo a vida, garantindo a lei e reduzindo o crime e o medo”(Minas Gerais, 2011p.16).

A pesquisa de campo conseguiu aferir dados que demonstram a satisfação dos militares que trabalham no policiamento escolar bem como a sua a composição das equipes, o treinamento e qualificação direcionados para elas, como as equipes enxergam o policiamento escolar e sua importância como atividade preventiva, bem como seus reflexos na criminalidade e como suas ações vem resultando na redução das ocorrências nas escolas.

Desta forma após a análise e interpretação dos dados obtidos através das pesquisas realizadas, na seção seguinte expõem-se as conclusões da pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou através da análise do desenho do serviço de policiamento escolar, executado pelas equipes de Patrulha Escolar, da sua composição, seu treinamento, qualificação das equipes, verificar como estas equipes enxergavam a patrulha escolar, como era a atuação destas equipes e se havia indicadores de que sua ação, na área de atuação da 1ª Região da Polícia Militar (1ªRPM) que compreende o município de Belo Horizonte, estava produzindo resultados na redução das ocorrências nas escolas. Uma vez que o serviço que esta inserido dentro de uma ação do programa Polícia para a cidadania, portanto parte de uma política pública do estado de Minas Gerais para melhoria da segurança pública.

Neste sentido fizeram-se necessárias algumas discussões acerca da formulação das políticas públicas. Assim, na seção 2, verificou-se a questão das políticas públicas como forma de intervenção nas sociedades. Sendo que o foco da abordagem foram as políticas públicas do Estado de Minas Gerais, as ações em rede e as políticas públicas de Segurança Preventiva que vem sendo desenvolvidas pela Polícia Militar de Minas Gerais.

O embasamento teórico utilizado para essa pesquisa, procurou trazer o entendimento de autores como Rua (2001) e Mokate (2001) acerca da construção das políticas públicas, sua implementação e avaliação. As autoras sinalizam para o importante papel do executor na implementação de uma política pública, para que ela obtenha os resultados desejados, validando a importância de se conhecer a percepção dos policiais militares da patrulha escolar sobre o serviço por eles desempenhado prevenção criminal nos educandários.

Na mesma seção, verificou-se a inserção do policiamento comunitário, a Evolução do conceito de ser e fazer polícia preventiva como principal estratégia para desenvolver estratégias de prevenção criminal. Investigou as percepções sobre a forma de enfrentamento da violência escolar e seus impactos na prevenção criminal. Além disto, deu especial atenção ao conceito e qual o papel dos envolvidos no fenômeno violência escolar. E, por fim, a percepção da violência escolar no Brasil e o papel dos envolvidos no fenômeno da violência escolar.

A importância da prevenção criminal nos educandários foi reconhecida pelos atores envolvidos no processo (comunidade escolar e policiais), como fator primordial para

se melhorar o desempenho escolar. Isto foi endossado por autores como Abramovay (2002), que destacam a “escola como espaço de construção de saberes, de convivência e socialização capaz mudar o ser humano” e conduzi-lo a um processo de desenvolvimento harmonioso, além de influir no combate a exclusão social, opressões e intolerâncias portanto, necessita de ser reconhecido como uma ambiente seguro por aqueles que ali freqüentam.

Assim na seção 3 caracterizou-se o objeto de estudo buscando apontar o alinhamento das políticas públicas de segurança preventiva adotada pelo estado de Minas Gerais e conseqüentemente pela Polícia Militar, a qual esta fortemente associada à filosofia de polícia comunitária e conforme destacou o presente estudo o policiamento escolar esta diretamente associado a estratégia de polícia comunitária e a emprega rotineiramente nas suas ações, envolvendo a comunidade escolar na busca por soluções para o problema da violência escolar

A estratégia de prevenção criminal em educandários com base no serviço de policiamento escolar desenvolvido pela patrulha escolar, na 1ªRPM e em especial no 49ºBPM, local onde concentrou os levantamentos de dados sobre a satisfação do público atendido, conforme apurado no presente trabalho, revelou-se ser efetiva nos educandários por eles atendidos. A afirmativa não baseia-se somente nos dados estatísticos, mas também no depoimento dos docentes e funcionários das escolas que em sua maioria se mostraram satisfeitos com o serviço prestado pelos militares do policiamento escolar.

A seção 4 apresenta a metodologia adotada pela pesquisa que alinhou-se no tipo de pesquisa exploratória, buscando no embasamento teórico elementos capazes de endossar ou não a relação de eficiência e de eficácia do policiamento escolar executado na 1ªRPM. A sua capacidade de prevenção criminal.. O modelo conceitual operativo é descrito como bibliográfica e documental abordagem dos conceitos de políticas públicas e formas de avaliação, a estratégia de Polícia comunitária e documentos atinentes ao policiamento em educandários.

Realizou-se uma pesquisa de campo junto às amostras de integrantes do corpo docente de escolas situadas na área do 49ºBPM, de policiais militares das equipes de patrulha escolar do 49ºBPM e da 1ªRPM, A pesquisa realizada teve natureza quantitativa e qualitativa, através do método hipotético dedutivo. A partir da construção teórica sobre o tema, levantou-se dados e informações que forneceram subsídios para verificar se o policiamento em educandários executado pela 1ªRPM, no município de Belo Horizonte/MG

em especial na área do 49º BPM, através da análise da percepção do público alvo, corpo docente, em paralelo a análise se a implementação do serviço, esta atendendo os preceitos das políticas públicas e com resultados práticos para segurança pública

A análise e interpretação dos dados da pesquisa comprovaram que as atividades desenvolvidas pela patrulha escolar do 49º BPM/1ª RPM e em analogia, considerando os dados referentes às demais unidades, possui potencial para contribuir na redução dos índices criminais nas escolas e seu entorno, conforme verifica-se na TAB -01, os índices de criminalidade nos educandários da 1ªRPM apresentaram um queda mês a mês exatamente no período que houve uma intervenção do comando da 1ªRPM para se reestruturar a patrulha escolar, buscando recompor as equipes e manter um padrão de atuação através de avaliações periódicas desenvolvidas pelo Núcleo de Prevenção Ativa – NPA, gestor do serviço de patrulha escolar da 1ªRPM.

A pergunta de pesquisa elaborada para o estudo foi no sentido de investigar se policiamento escolar tem como resposta positiva a dimensão de que serviço de patrulha escolar apresenta-se como um elemento que pode influir diretamente na segurança dos educandários contribuição para a redução do fenômeno da violência escolar. Principalmente, por estar ancorado na estratégia de polícia comunitária, que conforme se verificou ao longo deste estudo, trata-se de uma evolução na forma de se fazer policiamento, isto porque configura-se como um policiamento preventivo, que pode apresentar resultados satisfatórios, pois possibilita o envolvimento de todos os atores no processo de solução do problema, estratégia que vem sendo amplamente empregada pelas equipes de policiamento escolar, junto as entidades de ensino.

E como política pública de prevenção criminal, usando como base o critério da eficácia (Mokate, 2002), que se refere ao grau em que são atingidos os objetivos de um projeto, com qualidade, em um determinado período de tempo. E a eficiência que envolve a relação entre os resultados do projeto (bens e serviços produzidos) e recursos utilizados (insumos e atividades). Pode-se concluir que a patrulha escolar está conseguindo atingir seus objetivos, pois mesmo com escassez de recursos e ausência de treinamento específico anterior á sua instalação, as equipes estão conseguindo reduzir os índices de criminalidade nas escolas (TAB 03) e ao mesmo tempo ter um grau satisfatório de aceitação pelo seu. Público alvo (GRA-08).

O estudo apresentado não teve a pretensão de ser exaustivo, mas de contribuir de alguma forma para a melhoria da atividade de policiamento escolar. E mostrar

o entendimento dos seus executores sobre a atividade e o que eles esperam para contribuir na sua melhoria. Novas as pesquisas a serem desenvolvidas poderão contar com o auxílio deste trabalho na discussão e validação e demandas que possa surgir quanto a execução de policiamento escolar.

Por fim, os resultados remetem à importância dessa estratégia de policiamento para a comunidade como um todo e em especial á comunidade escolar. Nesse sentido, como forma de contribuir para melhoria e aprimoramento deste serviço, são apresentadas as seguintes sugestões:

a) elaboração de um curso ou treinamento específico para a atividade de policiamento escolar com a participação de militares do PROERD e JCC, para que estes possam desenvolver suas atividades alinhados com os demais;

b) realização de encontros e seminários que contemplem a comunidade escolar para maior interação entre os policiais e a comunidade.

c) suplementação dos Núcleos de Prevenção Ativa - NPA, com recursos logísticos, tais como previstos na instrução para atendimento das demandas do escolar.

8 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Entrando nas escolas: percepções e relações sociais. In: _____: **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Distrito Federal: RITLA, 2009. cap. 2, p. 79-166. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/sites/400/402/00001920.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

ABRAMOVAY, Miriam et al. Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. **UNESCO, Ministério da Educação**, Brasília, 2004, p. 1-103. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002977.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria Das Graças. **Violências nas escolas**. In: _____. **Violências nas escolas: revisitando a literatura**. Brasília: UNESCO, 2002. cap. 1, p. 21-26.

AQUINO, Júlio Groppa. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. Cad. CEDES, Campinas, ano XIX, n. 47, dez. 1998, p. 7-19.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa** Vol. 1. Edusp, 2001.

BAYLEY, DAVID H. **Nova Polícia: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas** Vol. 2. Edusp, 2001.

BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas: dez abordagens européias**. Brasília: UNESCO, 2002.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Nova polícia**. São Paulo: Edusp, 2001.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial** Vol. 8. Edusp, 2003.

BLAYA, Catherine. Clima escolar e violência nos sistemas de ensino secundário da França e da Inglaterra. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 225-247. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128720por.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como Reconhecer um Bom Policiamento: Problemas e Temas** Vol. 4. EdUSP, 2002

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 31jul.2010).

CHARLOT, Bernard, et al. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias, 2002, 8.4: 432-443.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. **Social change and crime rate trends: A routine activity approach**. American sociological review, 1979, 588-608.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org.). A retórica do policiamento comunitário. In: _____. **Do patrulhamento ao Policiamento Comunitário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. Cap. 2, p. 25-37. (Polícia Amanhã).

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias. Porto Alegre, 2002, p. 432-443.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: Unesco, 2002.

DELORS, Jacques et al. Pensar e construir nosso destino comum. In: COSTA, Antônio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adenil. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. 2. ed. São Paulo: Ftd, 2006. Cap. 1, p. 59-62.

ECK J. e ROSENBAUM, D. **The new police order: effectiveness, equity and efficiency in community policing**, in: D. Rosembaum (ed) *The Challenge of Community Policing*: Thousand Oaks, CA:Sage, 3-23; 1994

FARRINGTON, David P.. Fatores de risco para a violência juvenil. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 25-51. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128720por.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

FERRAREZI, Elisabete e SARAIVA, Enrique. **Políticas públicas; coletânea / Organizadores:.** – Brasília: ENAP, 2006.

FILHO, Cláudio Beato, Antes do primeiro crime, **Revista Ciência Hoje**, nº204, maio 2004

FORTES, Fátima Beatriz Carneiro Teixeira P. **Estado, burocracia e privilégios em Minas Gerais. 1996. 155f**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Economia)-Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FUKUI, Lia. **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Centíficas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 258 p.

GALVÃO, Afonso et al. Violências escolares: implicações para a gestão eo currículo. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 18, n. 68, p. 425-442, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GUIMARÃES, Eloísa. **Violências nas escolas: o contexto do tráfico de drogas**. In: ABRAMOVAY, Miriam. **Debate: violência, mediação e convivência na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 22-31. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/215810Debateviolencia.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre** Vol. 9. Edusp, 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marilia Pontes. **Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil**. Cadernos de pesquisa, 2002, 115: 101-138.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2006. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA, Manual do. Uberlândia: JCC - Brasil, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 214 p.

MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. **Violência escolar: um estudo de caso sobre a percepção dos atores escolares a respeito dos fenômenos de violência explícita e sua repercussão no cotidiano da escola**. 2004. 236 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), Belo Horizonte, 2004.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para produção de serviços de segurança pública nº 3.01.06/2011 – CG**: Regula a aplicação da filosofia de polícia comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011a.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar**. CG. Belo Horizonte: Seção de Planejamento Operacional-EMPM/3, 2010. 68 p.

_____. **Diretriz para produção de serviços de segurança pública nº 3.01.01/2010 – CG - DGEOp:** Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

_____. Instrução nº 3.03.09/2011 - CG: **Regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar.** Belo Horizonte, 2011b.

_____. **Plano Estratégico - CG:** Planejamento Estratégico da PMMG, para vigência no período de 2009-2011. Belo Horizonte: Comando Geral, Assessoria da Gestão para Resultados, 2009.

MINAS GERAIS. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.04/2010 – CG.** Regula a Aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Comando-Geral, EMPM3, 2010

MINAS GERAIS, Universidade Federal de. **GAME – Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais. Escola Eficaz:** um estudo de caso em três escolas da rede pública do Estado de Minas Gerais. J. F. C. Soares (coord.). Belo Horizonte: GAME/FAE/UFMG - Segrac Ed., 2002. Disponível em: <<http://www.game.fae.ufmg.br/arquivos/Publicações/3/eficaz.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

PRIOTTO, Elis Palma. **Violência escolar:** políticas públicas e práticas educativas. Curitiba, 2008, p. 11129-11141, Disponível em: <<http://www.pucpr.br>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

ROLIM, Marcus. **A síndrome da rainha vermelha:** policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Jorge Zahar Editor Ltda, 2006.

ROSA, Sadi Nunes da. **Violências nas escolas:** da palmatória às incivildades, 2008. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2524-6.pdf>>. Acesso em: 20 dez.2012.

ROSENBAUM, Dennis. **A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para o policiamento comunitário.** BRODEUR, J. Como reconhecer um bom policiamento. São Paulo: Edusp, 2002.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** In: O estudo da política: textos introdutórios. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, Maria das Graças. **Administração pública gerencial e ambiente de inovação: o que há de novo na administração pública federal brasileira.** In: Administração pública gerencial - a reforma de 1995: ensaios sobre a reforma administrativa brasileira no limiar do século XXI. Brasília: Ed. UnB/ENAP, 1999.

RUA Maria das Graças **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepoliticapoliticaspublicas.pdf Acesso em: 04 jan. 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (2002) **“A violência na escola, uma questão social global”** in *Violencia, sociedad y justicia em América Latina*. Org. Roberto Briceño-León. Buenos Aires: CLACSO

SANTOS, Jonas Rodrigues dos. **O Policiamento Escolar como medida de segurança preventiva, sua percepção e contribuição ao processo de ensino nas escolas da rede pública estadual da região norte de Belo Horizonte**. 2009. 152f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública). Centro de Pesquisa e Pós-graduação da Academia de Polícia Militar/ Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009. 142

SAPORI, Luis Flávio. **Política de segurança pública e controle da criminalidade – os desafios da provisão da ordem pública como bem coletivo**. 2006. 206f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SAPORI, Luis Flavio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. FGV Editora, 2007.

SENASP/MJ. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. Brasília: [s.n.]. 2008.

SILVA, André Luiz Mendes da Silva. **A eficiência da patrulha escolar como fator de prevenção e redução da violência e criminalidade nas escolas públicas das regiões noroeste e Pampulha de Belo Horizonte**. 2006. 141 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar, Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SILVA, Pedro Luiz Barros; DE MELO, Marcus André Barreto. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. UNICAMP, 2000

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo Vol. 6**. EdUSP, 2006.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo Vol. 6**. EdUSP, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e escolarização, 1980-1998**. MEC/Inep/Comped, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Elenice. **Polícia comunitária em Belo Horizonte**: avaliação e perspectiva de um programa de Segurança Pública. 1999. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

SOUZA, Robson Sávio Reis; SOUZA, Ângela Maria Dias Nogueira. **Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas**. Revista Brasileira de Segurança Pública. Brasília, ano 4, 6ª Ed p. 114-133, fev./mar. 2010.

SPOSITO, Marilia Pontes. A Instituição Escolar e a Violência. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1998, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/spositoescolaeviolenca.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

_____. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Revista**, São Paulo, v. 27, n.1, 2001, p. 25-47.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. Editora Harper & Row do Brasil Ltda., 1981.

TROJANOWICZ, Robert & BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar**. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p.145-164, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4335.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

APÊNDICE “A”

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DA FORMULAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PARA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS NO AMBIENTE ESCOLAR -
INSTRUÇÃO Nº 3.03.09/ 2011

Caro Policial Militar,

Como aluno do Curso de Especialização em Segurança Pública da Polícia Militar, que está sendo realizado na Academia de Polícia Militar e Fundação João Pinheiro, estou realizando a presente pesquisa que tem como objetivo: Análise da percepção e das habilidades dos policiais militares das unidades em Belo Horizonte para prevenção criminal nas escolas nos anos de 2011 e 2012

O presente questionário tem por objetivo levantar informações para o Trabalho de conclusão de curso (TCC) e é fundamental para a análise do desenvolvimento do programa de policiamento escolar na 1ª RPM. Os dados e informações pessoais não serão divulgados, nem mencionados na pesquisa, somente serão utilizadas e analisadas as informações referentes ao desenvolvimento do programa de policiamento escolar.

Em caso de dúvidas, contato pelo celular: [REDACTED] ou através do painel administrativo, caixa Cap Pena – CPP.

Desde já, agradeço-lhe pela participação.

Obrigado pela colaboração!

José Márcio Pena, Capitão PM
Aluno do CESP

**QUESTIONÁRIO - PARTICIPANTES DA FORMULAÇÃO DA INSTRUÇÃO PARA
ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS NO AMBIENTE ESCOLAR -
INSTRUÇÃO Nº 3.03.09/ 2011**

- 1) Como foi o processo de formulação da Instrução nº 3.03.09/ 2011
- 2) Quem participou na elaboração do desenho da Instrução nº 3.03.09/ 2011? (havia pessoas de outras instituições, como por exemplo, secretaria de educação?)
- 3) Qual era o objetivo inicial dos participantes?(Atualizar ou construir um novo documento?)
- 4) O Projeto contemplou as múltiplas demandas dos interessados e afetados por ele?(comunidade escolar, secretarias de estado, prefeitura etc)
- 5) Como o Programa se propõe a atingir os seus objetivos?
- 6) Houve apoio de atores estratégicos na sua elaboração?
- 7) Houve a preocupação dos participantes do processo de formulação do documento em construí-lo para obter resultados de forma preventiva ou repressiva? Por quê?
- 8) Foi construído instrumentos de monitoramento e avaliação do policiamento escolar? Quais? E como está sendo desenvolvido?
- 9) A equipe que formulou o documento participa de alguma forma de monitoramento da sua execução?
- 10) A equipe da formulação fez uma previsão dos recursos específicos para atividade?

Alguma observação que senhor queira fazer a respeito da pesquisa:

Fim do questionário. Obrigado pela colaboração!

APÊNDICE “B”

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DO POLICIAMENTO ESCOLAR DA
1ª REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR

Caro Policial Militar, da 1ª RPM,

Como aluno do Curso de Especialização em Segurança Pública da Polícia Militar, que está sendo realizado na Academia de Polícia Militar e Fundação João Pinheiro, estou realizando a presente pesquisa que tem como objetivo: Análise da percepção e das habilidades dos policiais militares das unidades em Belo Horizonte para prevenção criminal nas escolas nos anos de 2011 e 2012 .

O presente questionário tem por objetivo levantar informações para o Trabalho de conclusão de curso (TCC) e é fundamental para a análise do desenvolvimento do programa de policiamento escolar na 1ª RPM. Os dados e informações pessoais não serão divulgados, nem mencionados na pesquisa, somente serão utilizadas e analisadas as informações referentes ao desenvolvimento do programa de policiamento escolar.

Em caso de dúvidas, contato pelo celular: [REDACTED] ou através do painel administrativo, caixa Cap Pena – CPP.

Desde já, agradeço-lhe pela participação.

Obrigado pela colaboração!

José Márcio Pena, Capitão PM
Aluno do CESP

QUESTIONÁRIO - GESTORES DO POLICIAMENTO ESCOLAR DA 1ªRPM

Posto/Grad. _____ Sexo: _____ Idade: _____ (anos)

Unidade: _____ Tempo de efetivo serviço: _____ (anos)

Formação: _____

- 1) O senhor(a) participou da formulação do serviço de policiamento escolar? Se positivo de que forma foi sua participação, se negativo como foi apresentado ao serviço?
- 2) Qual a sua opinião sobre este Serviço? É uma atividade relevante para o serviço operacional? Por quê?
- 3) O senhor(a) dispõe de instrumentos de monitoramento e avaliação deste serviço? Quais? E como está sendo desenvolvido?
- 4) Qual a maior tipo de demanda recebida pelas equipes do policiamento escolar?
- 5) O que o senhor(a) considera como atividade preventiva em educandários?
- 6) Como o senhor(a) considera que deve ser o perfil do policial para trabalhar em ambiente escolar?
- 7) O serviço recebe recursos específicos? Quais e como são distribuídos?
- 8) As equipes que atualmente executam o policiamento escolar recebem algum tipo de treinamento regular destinado ao desenvolvimento da atividade? Quais e quem executam o treinamento?
- 9) O senhor(a) entende que a atuação das equipes do policiamento escolar tem influenciado na redução dos índices de criminalidade e violência na região que atuam? Por quê?

Alguma observação que senhor(a) queira fazer a respeito da pesquisa:

Fim do questionário. Obrigado pela colaboração!

APÊNDICE “C”

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DAS EQUIPES DO POLICIAMENTO
NAS ESCOLAR DA 1ª RPM - EXECUTORES

Caro Policial Militar

Como aluno do Curso de Especialização em Segurança Pública da Polícia Militar, que está sendo realizado na Academia de Polícia Militar e Fundação João Pinheiro, estou realizando a presente pesquisa que tem como objetivo: Análise da percepção e das habilidades dos policiais militares das unidades em belo horizonte para prevenção criminal nas escolas nos anos de 2011 e 2012 .

O presente questionário tem por objetivo levantar informações para o Trabalho de conclusão de curso (TCC) e é fundamental para a análise do desenvolvimento do programa de policiamento escolar na 1ª RPM. Os dados e informações pessoais não serão divulgados, nem mencionados na pesquisa, somente serão utilizadas e analisadas as informações referentes ao desenvolvimento do programa de policiamento escolar.

Em caso de dúvidas, contato pelo celular: [REDACTED] ou através do painel administrativo, caixa Cap Pena – CPP.

Desde já, agradeço-lhe pela participação.

Obrigado pela colaboração!

José Márcio Pena, Capitão PM

Aluno do CESP

**QUESTIONÁRIO - PARTICIPANTES DAS EQUIPES DO POLICIAMENTO NAS ESCOLAR
DA 1ª RPM - EXECUTORES**

Posto/Grad. _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____ (anos completos) Unidade: _____

Tempo de efetivo serviço: _____ (anos)

Formação: _____

- 1) Participou de programas de formação em polícia comunitária? Quais?
- 2) Você considera a região em que você trabalha violenta? Por quê?
- 3) Você tem conhecimento ou é acionado com frequência para atuar em situações de violência nas escolas da região onde você trabalha?
- 4) Você conhece o desenho(funcionamento) do Programa Policiamento Escolar? Como obteve o conhecimento?
- 5) Na sua opinião, o Policiamento Escolar é um bom programa? Por quê?
- 6) Como e por quê você passou a integrar a equipe do Policiamento Escolar?
- 7) Na sua opinião, este Programa poderá surtir efeito? Por quê?
- 8) Quais as dificuldades que a sua equipe encontra para executar o seu serviço diário?
- 9) Como é a sua rotina de trabalho?
- 10) Considera que na sua área de atuação a comunidade(escolar) atendida está satisfeita com os resultados do seu trabalho? Por quê?

Alguma observação que você queira fazer a respeito da pesquisa:

Fim do questionário. Obrigado pela colaboração!

APÊNDICE “D”

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DIRETORES, VICE-DIRETORES, COORDENADORES,
PROFESSORES E OUTROS EDUCADORES DE ESCOLAS QUE TIVERAM ATUAÇÃO
DO POLICIAMENTO ESCOLAR NA AREA DO 49º BPM EM 2012



Caro(a) Senhor(a),

Como aluno do Curso de Especialização em Segurança Pública da Polícia Militar, que está sendo realizado na Academia de Polícia Militar e Fundação João Pinheiro, estou realizando a presente pesquisa que tem como objetivo: Análise da percepção e das habilidades dos policiais militares das unidades em belo horizonte para prevenção criminal nas escolas nos anos de 2011 e 2012 .

O presente questionário tem por objetivo levantar informações para o Trabalho de conclusão de curso (TCC) e é fundamental para a análise do desenvolvimento do programa de policiamento escolar na 1ª RPM. Os dados e informações pessoais não serão divulgados, nem mencionados na pesquisa, somente serão utilizadas e analisadas as informações referentes ao desenvolvimento do programa de policiamento escolar.

Em caso de dúvidas, contato pelo celular: [REDACTED] ou através do e-mail [REDACTED]

Desde já, agradeço-lhe pela participação.

Obrigado pela colaboração!

José Márcio Pena, Capitão PM
Aluno do CESP

**QUESTIONÁRIO - DIRETORES, VICE-DIRETORES, COORDENADORES,
PROFESSORES E OUTROS EDUCADORES, PAIS E ALUNOS DE ESCOLAS QUE
TIVERAM ATUAÇÃO DO POLÍCIAMENTO ESCOLAR**

Função. _____ Sexo: _____ Idade: _____ (anos completos)

Escola: _____ Tempo de efetivo serviço: _____(anos)

Formação: _____

Mora na região () sim () Não

Quanto tempo de vinculação com esta escola? _____(anos)

- 1) O que o senhor(a) acha a comunidade onde a escola está inserida violenta? Por quê?
- 2) O que o senhor(a) acha esta escola violenta? Por quê?
- 3) Como é o perfil dos alunos desta escola?
- 4) Os educadores desta escola acionam a polícia com frequência? Por que/
- 5) Quais os motivos que levaram os educadores a acionar a polícia nos últimos anos?
- 6) Como foi o atendimento da polícia?
- 7) Os atendimentos da polícia foram feitos por equipes especializadas em policiamento escolar ou não? Por quê?
- 8) O senhor(a) recebeu alguma informação que possibilitasse conhecer a dinâmica de funcionamento da patrulha escolar? Como?
- 9) Como deveria ser a participação da Polícia nas escolas?

Alguma observação que você queira fazer a respeito da pesquisa:

Fim do questionário. Obrigado pela colaboração!